

Dogmatismo econômico

Fabiano Abranches Silva Dalto, David Deccache, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Olivia Bullio Mattos, Luiz Martins de Melo, Rosa Maria Marques, Luciana da Silva Ferreira, Roberto de Souza Rodrigues, Victor Leonardo de Araujo, Newton Gracia da Silva, Simone Deos, Daniel Negreiros Conceição, Maria Malta, Ian Horta, Andrés Ferrari Haines, Alessandro Donadio Miebach, Fernando Cerqueira Lima e Maria Lucia Falcón discutem a naturalização das teses do neoliberalismo no debate nacional, mídia e mesmo no senso comum das pessoas, assim como a fundamentação científica e os interesses por trás da imposição de uma visão única sobre Economia.



Carla Ferreira escreve para a série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”

Dogmatismo econômico

■ A edição discute a naturalização das teses neoliberais no debate nacional. Fabiano Dalto, do IFFD, destaca que saber que o governo não possui restrições para gastar pode transformar as políticas públicas rumo à prosperidade compartilhada.

David Deccache, assessor parlamentar, ressalta que o debate é moldado por pressupostos que, sob a aparência de neutralidade técnica, orientam para a austeridade, retração do Estado e restrição monetária.

O ex-ministro Bresser-Pereira considera que os economistas dogmáticos que explicam todos os problemas com a irresponsabilidade fiscal e os resolvem com a austeridade se subordinam ao mercado financeiro.

Olivia Bullio, do St. Francis College, aponta que o Brasil caminha na contramão do mundo. O “debate econômico” só tem um lado: o regime de metas de inflação e taxa de juros alta.

Luiz Martins, da UFRJ, afirma que o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica. Ele cria uma sociedade em que todos competem contra todos, o ovo da serpente do fascismo.

Rosa Marques, da SEP, defende que a consolidação do pensamento único é resultado de um longo processo ligado à atual dominância do capital financeiro.

Luciana Ferreira e Roberto Rodrigues, da UFRJ, acreditam que a crença no dogma da austeridade leva ao enfraquecimento da economia e produção de desigualdades.

Victor Araujo, da UFF, sugere que a contraposição aos dogmas deve ser feita pela ciência e que precisamos ter propostas alternativas.

Newton Gracia da Silva e Simone Deos, da Unicamp, julgam que a austeridade faz parte de uma “concepção de sociedade” denominada de neoliberalismo.

Daniel Conceição, do Ippur, enfatiza que as crises do *subprime* e novo coronavírus deveriam ter derrubado as teses da doutrina liberal.

Maria Malta e Ian Horta, da UFRJ, avaliam que o dogmatismo não é exclusivo do Brasil, mas um resultado da geopolítica e sistema monetário internacional.

Andrés Haines e Alessandro Miebach, da Ufrgs, chamam a atenção para o fato de o neoliberalismo, que só beneficia os mais ricos, ser sancionado pelo voto.

Fernando Cerqueira, da UFRJ, argumenta que só a implementação na prática pode comprovar a importância dos gastos e investimentos estatais.

Maria Lucia Falcón, da UFS, questiona se a aliança conservadora e a necropolítica explicam a hegemonia do dogma liberal.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Carla Ferreira.

Sumário

O pensamento de grupo dogmático como instrumento político	3
<i>Fabiano Abranches Silva Dalto</i>	
Controle fiscal ou controle social? Como a austeridade molda o poder	5
<i>David Deccache</i>	
Dogmatismo econômico e teoria neoclássica	7
<i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i>	
O Brasil na contramão	9
<i>Olivia Bullio Mattos</i>	
O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica	11
<i>Luiz Martins de Melo</i>	
A razão neoliberal e a morte da economia política	13
<i>Rosa Maria Marques</i>	
Política econômica e a ascensão do terraplanismo fiscal: como chegamos aqui?	15
<i>Luciana da Silva Ferreira e Roberto de Souza Rodrigues</i>	
O dogmatismo econômico em uma breve perspectiva histórica	17
<i>Victor Leonardo de Araujo</i>	
A austeridade como instituição	19
<i>Newton Gracia da Silva e Simone Deos</i>	
Como mentirosos profissionais a serviço do mercado financeiro sabotam o desenvolvimento do Brasil através do terraplanismo macroeconômico?	21
<i>Daniel Negreiros Conceição</i>	
Dogmatismo econômico: não haveria alternativa?	24
<i>Maria Malta e Ian Horta</i>	
Neoliberalismo - A política econômica para 51.700 pessoas	26
<i>Andrés Ferrari Haines e Alessandro Donadio Miebach</i>	
A mesma ladainha de sempre	28
<i>Fernando Cerqueira Lima</i>	
Aliança conservadora e a necropolítica explicam a hegemonia do dogma liberal?	30
<i>Maria Lucia Falcón</i>	
Supereexploração, reprodução social e a dupla exploração da trabalhadora doméstica	32
<i>Carla Cecilia Campos Ferreira</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Glician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

O pensamento de grupo dogmático como instrumento político

Fabiano Abranches Silva Dalto*

■ O pensamento dogmático entre economistas é tão forte que até mesmo o *Financial Times* publicou editorial, em 30 de agosto deste ano,¹ questionando se o campo das ideias econômicas não estaria exageradamente monopolizado por um pensamento monolítico ou pelo “pensamento de grupo” (*groupthink*).² Não há dúvidas, como diz o jornal, de que um controle estreito de entrada e uma estrutura muito hierarquizada de prestígio “forjam o pensamento de grupo alentado por uma pregação que se autopropetua”. Essa estreiteza do pensamento de grupo leva a custos sociais não arcados pelos membros da seita de economistas prestigiados.

Esse modelo de controle do pensamento econômico exerce domínio por meio do controle dos discursos publicados; do poder dos professores seniores; do controle do financiamento da pesquisa; do controle das posições editoriais das publicações; do controle dos processos de promoção nas universidades; e do controle de quem entra na hierarquia acadêmica e política. É uma estrutura propensa a falhar sistematicamente em fornecer conhecimento útil, pois o pensamento de grupo anula a motivação para se avaliar realisticamente cursos de ação alternativos e exige dos membros que evitem levantar questões controversas. Além disso, quando os incentivos profissionais e a estrutura social são manipulados a ponto de selecionar um pequeno grupo de economistas para exercer desproporcional influência na política econômica, deve-se esperar grandes erros decisórios e também fraudes nada inocentes.³

A força do dogmatismo da maioria dos economistas em temas cruciais da macroeconomia, como gasto público e moeda, não se deve certamente à rigidez teórica ou empírica das ideias defendidas pelo grupo. Mais provavelmente, a difusão da doutrina de economistas prestigiados em relação a gasto público e moeda decorre do que Paul

Samuelson uma vez determinou como “uma das funções das religiões tradicionais”, qual seja, a de “amedrontar as pessoas através de mitos” de forma a aceitarem o destino a elas dado pelos sacerdotes.⁴ Entretanto, de acordo com Samuelson, a pregação mística de que o orçamento público deva sempre ser equilibrado não passa de “superstição”.

O pensamento de grupo de economistas prestigiados torna-se evidente ao público leigo – assim como suas falhas, quando as ideias difundidas por eles levam a fiascos ou são inócuas diante de uma crise econômica. A revista *The Economist* de 23 de setembro deste ano publicou uma reportagem onde conclui que os governos estão “maiores” – realizando maiores gastos – embora “menos eficientes”.⁵ Ao longo da reportagem, relata-se que os governos estão menos eficientes em prover os serviços públicos desejados e mesmo necessitados por suas populações na medida em que ou os serviços foram privatizados ou tiveram a provisão pública precarizada por redução de funcionários das mais diversas áreas públicas ou, ainda, porque os governos estariam “menos dispostos e capazes de realizar grandes projetos”. A revista reporta, também, as consequências deletérias das políticas neoliberais – das quais inclusive é uma das mais conhecidas plataformas de difusão –, mas não reconhece que elas são a própria causa do fracasso que relata.

O pensamento de grupo é, entretanto, abalado diante de crises que colocam em dúvida seus dogmas. Assim ocorreu, por exemplo, na crise financeira de 2008, que abalou as economias capitalistas mais desenvolvidas do ocidente, quando o discurso de equilíbrio do orçamento público, que se tornou senso comum entre economistas de prestígio, teve de dar lugar ao retorno de Keynes e suas políticas de gastos públicos estabilizadores da economia. Nos EUA, cerca de 30 trilhões de dólares foram despejados pelo *Federal Reserve* nos balanços dos grandes bancos privados para evitar-lhes a



ruína. No Japão – que já adotava o *quantitative easing* desde inícios dos anos 2000 –, e na Europa, além dos programas de *quantitative easing* passou-se a adotar políticas monetárias de taxas de juros negativas de forma a evitar a quebra dos sistemas bancários.

Na pandemia de Covid-19, mesmo em meio a contenções de oferta ocasionadas pela restrição de mobilidade, os governos ao redor do mundo elevaram os respectivos déficits a patamares apenas comparáveis a períodos de guerra, enquanto as taxas de juros eram mantidas administrativamente pelos bancos centrais em patamares baixos e mesmo negativos. No Brasil, onde o pensamento de grupo difunde que o governo não pode fazer o mesmo que se faz em países centrais em matéria de política fiscal e monetária, o governo incorreu em déficit de mais de R\$ 700 bilhões no primeiro ano da pandemia para conceder auxílio às famílias, assim como efetuar pagamento de salários de funcionários de médias e pequenas empresas, e realizar transferências para estados e municípios enfrentarem a crise sanitária.⁶ O Banco Central, por sua vez, além de reduzir a taxa de juros ao menor patamar em 50 anos, tornando a taxa de juros real negativa, também adotou sua versão do *quantitative easing* que poderia chegar a mais de R\$1 trilhão em facilidades financeiras aos bancos.⁷

Esses eventos críticos mostraram de forma irrefutável que alguns dos mantras do pensamento de grupo dogmático de economistas prestigiados de fato não passam de superstição, haja vista que: (1) o governo não tem um equivalente da restrição orçamentária que acomete famílias e empresas; (2) governos gastam criando moeda, sempre; (3) nem impostos, nem títulos financiam governos que emitem moeda própria; (4) governos fixam as respectivas taxas de juros em patamares desejados politicamente.⁸ A superstição da “necessidade de equilíbrio fiscal permanente” parecia ter sido exorcizada do debate público, quando até mesmo velhos pregadores da credence abandonaram o antigo sermão.⁹ Estaríamos prontos para novas revelações que poderiam abrir novo caminho de luzes? Não, porque a força do pensamento dogmático nunca esteve associada à sua capacidade de explicar a realidade.

Nem mesmo o pior da crise pandêmica havia passado e o dominante pensamento de grupo sobre os gastos públicos voltou a balizar o debate e a política pública. Hoje, faz-se uma tábula rasa do passado recente para infringir regras fiscais restritivas sobre os gastos sociais com objetivo declarado de conter a dívida pública e a taxa de juros.

A resiliência demonstrada pelo pensamento dominante dos economistas em relação ao gasto público não está na sua vitalidade teórica e empírica, mas nos interesses a que serve. Em *Aspectos Políticos do Pleno Emprego*¹⁰, Michael Kalecki parece-me ter melhor compreendido o problema. Como afirma, mesmo que se saiba que o governo não enfrenta restrições financeiras para atingir objetivos econômicos e sociais (Kalecki se refere especificamente ao pleno emprego), sempre haverá “os chamados proeminentes ‘especialistas econômicos’ estreitamente ligados ao sistema bancário e à indústria” a se colocarem contra a proposta. Portanto, continua Kalecki, o problema não é de ordem econômica, mas política – em oposição aos gastos sociais (e à política de pleno emprego), embora os argumentos possam ser apresentados como econômicos. É claro que esses “especialistas econômicos” muitas vezes acreditam nos dogmas que propalam, não obstante a falta de qualquer base factual ou mesmo fundamento teórico. Ainda assim, Kalecki afirma que “a ignorância obstinada é geralmente uma manifestação de motivos políticos”.

Em suma, o dogmatismo com que economistas de diferentes escolas defendem a necessidade de se impor restrições fiscais – destinadas especialmente à contração dos gastos sociais – revela não apenas uma ignorância obstinada, ainda que ela possa existir, dos economistas participantes do pensamento de grupo dominante. O dogmatismo pretende, fundamentalmente, esconder do debate público a realidade sobre os gastos públicos. Saber que o governo não possui restrições financeiras para gastar – como famílias e empresas possuem – pode, de fato, transformar profundamente as políticas públicas rumo a objetivos de prosperidade compartilhada ao invés de orientados para a garantia de acumulação de lucros privados. Não por acaso, a abordagem que

mostra que o governo não enfrenta restrições financeiras em sua própria moeda, nem depende do financiamento privado, e, portanto, pode e deve alcançar metas sociais como o pleno emprego e a provisão pública universal de bens essenciais (como saúde, educação, transporte, habitação, segurança alimentar etc.) deve ser parada à força pelas barreiras criadas pelo pensamento de grupo.

* É professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR e diretor-presidente do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD).

1 *Is economics in need of trustbusting?* editorial do *The Financial Times*. Londres, 30 de agosto de 2024. <https://www.ft.com/content/d973dc8c-b1a1-4dd1-bd4e-be6225494ded> Acesso em 30 de setembro de 2024.

2 Schmidt, Anna. “groupthink”. *Encyclopedia Britannica*, 5 Sep. 2024, <https://www.britannica.com/science/groupthink>. Acesso em 30 de setembro 2024.

3 Bianchi, Alvaro. “Austeridade”: história de uma fraude teórica. *Outras Palavras*, 05 de maio de 2013. <https://outraspalavras.net/sem-categoria/austeridade-historia-de-uma-fraude-teorica/> Acesso em 30 de setembro de 2024.

4 Paul Samuelson: *The balanced budget superstition* https://www.youtube.com/watch?v=4_pasHodJ-8 Acesso em 30 de setembro de 2024.

5 *Governments are bigger than ever. They are also more useless* *The Economist*, Londres, 23 de setembro de 2024. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2024/09/23/governments-are-bigger-than-ever-they-are-also-more-useless> Acesso em 30 de setembro de 2024.

6 *Governo Central tem déficit primário de R\$ 743,1 bilhões em 2020 – Ministério da Economia* <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-743-1-bilhoes-em-2020> Acesso em 30 de setembro de 2024.

7 *BC anuncia pacote de medidas de combate aos efeitos da Covid-19 na economia* <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/464/noticia> Acesso em 30 de setembro de 2024.

8 *IFFD_Policy-Note-n3.pdf* https://iffdbrasil.org/wp-content/uploads/2024/06/IFFD_Policy-Note-n3.pdf Acesso em 30 de setembro de 2024.

9 *A carta aberta de economistas ao governo na pandemia*. *Nexo Jornal*, 22 de março de 2021. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/22/a-carta-aberta-de-economistas-ao-governo-na-pandemia>. Acesso em 30 de setembro de 2024.

10 *Aspectos políticos do Pleno Emprego, por Michal Kalecki*. <https://jornalggn.com.br/gestao/aspectos-politicos-do-pleno-emprego-por-michal-kalecki/> Acesso em 30 de setembro de 2024.

Controle fiscal ou controle social? Como a austeridade molda o poder

David Deccache*

■ Nos últimos anos, o debate econômico no Brasil tem sido moldado por um conjunto de pressupostos teóricos que, sob a aparência de neutralidade técnica, orientam as políticas públicas para um padrão de austeridade fiscal permanente, retração do Estado e manutenção de políticas monetárias restritivas. Essas ideias, amplamente difundidas por economistas ortodoxos e instituições financeiras, foram naturalizadas no senso comum.

No entanto, essas premissas econômicas refletem mais do que escolhas técnicas equivocadas. Elas são manifestações de interesses específicos que, ao serem naturalizadas, obscurecem os impactos sociais e distributivos das políticas adotadas. A defesa constante da austeridade reforça um modelo de desemprego disciplinador, concentração de renda e desmonte de serviços públicos essenciais, visando à sua mercantilização. As políticas de juros altos transferem recursos para o setor financeiro e servem de ferramenta de pressão nas mãos de um Banco Central subordinado ao mercado.

No Brasil, a intensificação dessa construção ideológica ganhou força a partir de 2015, quando o discurso de que o país estava “quebrado” se consolidou. Sob o pretexto de responsabilidade fiscal, sucessivos governos adotaram medidas de austeridade, prometendo recuperar a confiança dos credores e garantir estabilidade econômica. No entanto, ao invés de estimular o crescimento, essas políticas resultaram em estagnação econômica, aumento do desemprego e aprofundamento das desigualdades. Mesmo diante de evidências que expõem seus fracassos, a austeridade persiste, indicando que o problema está menos na técnica e mais na preservação de uma ordem que favorece elites específicas. O marco mais emblemático dessa trajetória foi a implementação do teto de gastos

em 2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, constitucionalizando a austeridade fiscal como política de Estado, uma lógica que permanece até hoje como o norte da política fiscal no Brasil.

A pandemia de Covid-19, a partir de 2020, expôs as contradições do discurso de austeridade. Durante anos, o Estado afirmou não ter recursos para ampliar os gastos e investimentos sociais, mas, diante da crise, implementou a maior expansão fiscal de sua história recente com o “Orçamento de Guerra”, que suspendeu temporariamente o teto de gastos. Isso mostrou que os recursos sempre existiram, mas eram limitados por uma ideologia que prioriza as exigências do mercado financeiro.

Contrariando previsões alarmistas, o país não enfrentou uma crise inflacionária ou de dívida após a pandemia. Em 2021, o desemprego começou a recuar significativamente, impulsionado por uma política fiscal expansionista, embora sem o planejamento necessário para maior eficiência. No entanto, assim que a crise sanitária foi controlada, o discurso da austeridade ressurgiu, com economistas e instituições financeiras pressionando pela retomada da “disciplina fiscal”.

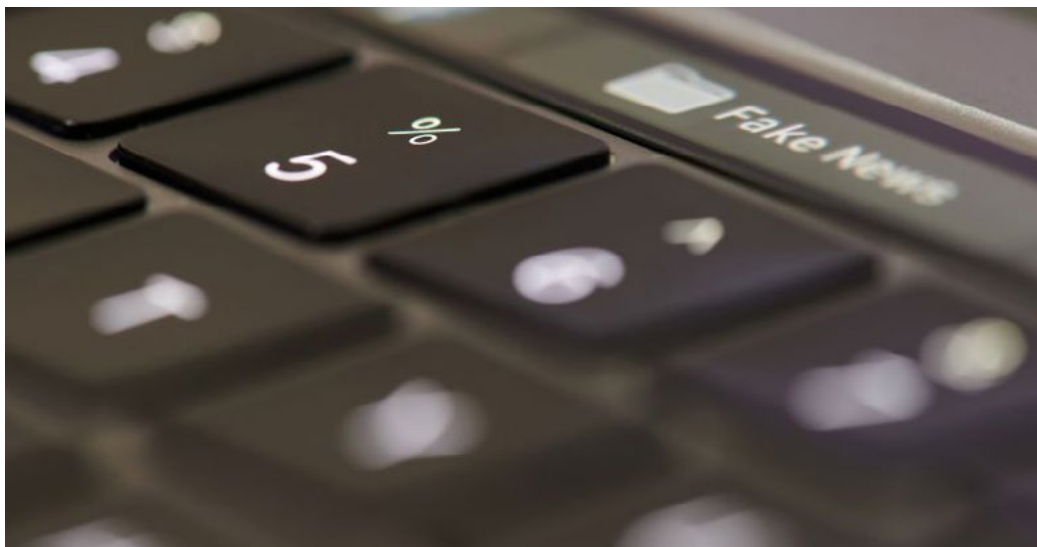
A autonomia do Banco Central, sancionada em 2021, consolidou o poder dessa narrativa, mantendo a política monetária em mãos tecnocráticas e distantes das demandas populares. Sob o pretexto de manter a estabilidade de preços, o Banco Central passou a condicionar qualquer redução da taxa de juros à adoção de políticas fiscais mais rígidas. Mesmo com a inflação controlada e a queda das taxas de juros nos Estados Unidos, o Banco Central brasileiro continua pressionando o governo por mais austeridade, afirmando que esta é a única forma de restaurar a confiança dos mercados. Essa postura revela um claro alinhamento aos interesses financeiros, mascarado sob a falsa neutralidade técnica.



Escondem que se trata de uma escolha política e justificam essa abordagem com base no Novo Consenso Macroeconômico (NCM), que praticamente elimina o papel ativo da política fiscal como instrumento de política econômica. No NCM, a política fiscal é reduzida à simples manutenção da “sustentabilidade da dívida pública”, servindo exclusivamente para garantir a eficácia da política monetária, sem considerar suas implicações sociais e de desenvolvimento.

Já a política monetária é tratada como o principal – se não o único – mecanismo de controle econômico, sendo considerada inútil para estimular o crescimento e focada exclusivamente na estabilização de preços. O Banco Central tem como objetivo central manter a inflação baixa, elevando as taxas de juros sempre que julga necessário “ancorar as expectativas” dos agentes financeiros e reduzir o hiato do produto. Essa é a chamada “harmonia entre as políticas fiscal e monetária” exaltada pelo Ministro Fernando Haddad e pelo futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo: um arrocho fiscal que, supostamente, abriria espaço para a redução das taxas de juros – uma redução que, no entanto, nunca se concretiza.

Essa estratégia gera efeitos profundamente adversos para os trabalhadores, como o desemprego e a informalidade estruturalmente



elevados, que, paradoxalmente, são frequentemente rotulados de “pleno emprego” quando o desemprego observado é considerado “natural”. No NCM, isso é visto como um “custo necessário” para disciplinar o mercado de trabalho, mantendo taxas de desemprego que supostamente não aceleram a inflação, de acordo com o conceito de Nairu¹. Além disso, o papel ativo do Estado no crescimento de longo prazo é rejeitado, sendo o crescimento atribuído a fatores como ganhos de produtividade e reformas estruturais, que geralmente buscam reduzir o tamanho do Estado.

Kalecki (1943)² oferece uma perspectiva crucial para entender a persistência das políticas de austeridade, mesmo diante de seus impactos prejudiciais na economia. Para ele, a austeridade não é apenas um instrumento econômico, mas também um mecanismo de controle social e político. Ela permite aos capitalistas exercerem um poder indireto sobre o governo, por meio da criação de uma narrativa falsa de que qualquer política que abale o “estado de confiança” empresarial deve ser evitada, sob pena de desencadear uma crise econômica. A doutrina das “finanças saudáveis” torna o emprego refém dessa confiança. A resistência empresarial a políticas de gastos públicos, por sua vez, se intensifica especialmente quando os gastos ameaçam setores que os capitalistas desejam mercantilizar. Contudo, embora os salários sejam vistos como um custo para os capitalistas individualmente, são essenciais no agregado para sustentar a demanda e o funcionamento mais

estável do sistema capitalista. Ao ignorar esse papel da demanda efetiva, as políticas de austeridade enfraquecem as bases do crescimento econômico, promovendo estagnação e concentração de riqueza.

Se Kalecki revelou como o controle do desemprego é utilizado pelas elites para disciplinar o mercado de trabalho, Gramsci oferece a chave para entender por que políticas impopulares, como a austeridade, continuam a ser aceitas, apesar de seus fracassos. Para Gramsci, a hegemonia de uma classe dominante se sustenta tanto pela coerção quanto pelo consenso, em uma dinâmica que se reforça mutuamente. No neoliberalismo, o Estado impõe a austeridade por meio de leis como o teto de gastos e a autonomia do Banco Central, garantindo que essas políticas sejam preservadas, independentemente do governo eleito. Simultaneamente, a mídia e os políticos simplificam o discurso, utilizando analogias como a da economia doméstica para vulgarizar a visão ortodoxa e moldar o senso comum, fazendo com que a austeridade pareça uma inevitabilidade técnica.

A hegemonia cultural é consolidada pela produção de teorias econômicas em determinados centros de pesquisa, enquanto a mídia e os políticos vulgarizam essas ideias, transformando-as em senso comum. Todo esse processo é sustentado pelo poder financeiro das classes dominantes, o que torna até mesmo a disputa teórica amplamente desfavorável para aqueles que não convergem com essa lógica. Assim, a popu-

lação é levada a aceitar a austeridade como uma “realidade” inquestionável, obscurecendo os interesses específicos que realmente se beneficiam dessas políticas.

Além disso, como apontam Dardot e Laval (2016)³, a defesa da austeridade se torna ainda mais eficaz na especificidade do capitalismo neoliberal, que molda as subjetividades e racionalidades da população. Sob essa lógica, a ideia de solidariedade é sistematicamente enfraquecida, sendo substituída por uma mentalidade de sobrevivência individual. Esse processo naturaliza a ideia de que cada indivíduo é responsável por seu sucesso ou fracasso, deslegitimando as lutas coletivas e o papel do Estado como promotor do bem-estar social.

Essa forma de governabilidade, implicitamente autoritária, permite que as elites econômicas mantenham seu domínio sem recorrer à coerção explícita. O desemprego, a precariedade e a destruição dos serviços públicos são apresentados como consequências naturais de um modelo econômico que, supostamente, não pode ser alterado. Qualquer alternativa, como políticas de expansão fiscal, crédito direcionado ou intervenção estatal planejada, é rapidamente deslegitimada como “populismo” ou “irresponsabilidade fiscal”.

A crise climática, as desigualdades crescentes e a fragilidade das democracias evidenciam, com o pessimismo da razão, que o modelo atual bloqueia qualquer reação social relevante diante desses desafios. No entanto, com o otimismo da vontade, é necessário ir além de refutar teses frágeis como a da contração fiscal expansionista no âmbito acadêmico. A verdadeira disputa é construir uma narrativa contra-hegemônica que dialogue com o senso comum, sem abrir mão da verdade ou aceitar premissas falsas que legitimam essas políticas.

* É doutor em Economia pela UnB e assessor econômico na Câmara dos Deputados.

1 *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment, que significa Taxa de Desemprego Não Aceleradora da Inflação.*

2 KALECKI, M. *Aspectos políticos do pleno emprego.* In: KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas.* São Paulo: HUCITEC, 1983

3 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaios Sobre a Sociedade Neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2016.

Dogmatismo econômico e teoria neoclássica

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

■ O editor do *Jornal dos Economistas* definiu como pauta deste número o dogmatismo econômico. Não foi por acaso. Como bom jornalista que é, ele está atento ao que está acontecendo na sociedade brasileira e entre seus economistas. Todos estão ficando 'cheios', *fed up*, com esse dogmatismo que é intrinsecamente autoritário, repetitivo e burro.

De qual dogmatismo estou falando? Falo da afirmação infinitamente repetida que o grande problema da economia brasileira é fiscal, que o Estado gasta mais do que arrecada, e que daí derivariam todos os demais problemas brasileiros. Bastaria, portanto, que o Estado fosse austero, estivesse permanentemente fazendo ajuste fiscal e lograsse um superávit primário, e tudo se resolveria como um passe de mágica.

Mas notem, o objetivo dos economistas neoclássicos dogmáticos é o superávit primário, não é zerar o déficit público. Não podem visar ao déficit zero porque um déficit público é necessário para manter a dívida pública elevada, financiada por juros altos. Esses economistas e os políticos que assessoram são os representantes dos interesses da burguesia – hoje dos capitalistas rentistas, que vivem de juros, aluguéis e dividendos. Imaginem uma dívida pública que começa a diminuir. Isto é inaceitável para esses senhores.

Por que são eles dogmáticos? Porque este diagnóstico e essa solução que oferecem são afirmados com absoluta certeza.

Essa certeza não se baseia no bom senso, muito menos em teorias econômicas históricas baseadas na realidade, como são a teoria econômica pós-keynesiana, o desenvolvimentismo clássico e o novo desenvolvimentismo. Ela está baseada na teoria econômica neoclássica, que é, por definição, dogmática.

É dogmática porque se baseia no método hipotético-dedutivo, que é um método próprio da matemática, que define um ou alguns axiomas e, a partir deles, deduz toda

a teoria logicamente. Para a matemática, ele é próprio porque essa ciência não tem um objeto, uma realidade à qual precisa se adequar. A matemática é uma ciência metodológica; é um método que nos ajuda a pensar. E seus teoremas são verdades absolutas.

Não obstante, foi esse o método que a teoria econômica neoclássica adotou. Adotou-o equivocadamente, porque a teoria econômica tem um objeto a ser decifrado: os sistemas econômicos altamente complexos para os quais os raciocínios lógicos, dedutivos, são úteis, mas seu papel é sempre auxiliar. Em certos casos, o método precisa ser dialético, porque as contradições são muitas. Mas o método principal só pode ser o método científico, no qual o economista pesquisador parte da observação histórica, busca encontrar regularidades e tendências e formula hipóteses gerais que devem então ser testadas.

Quando, porém, no final do século XIX, surgiu a oportunidade de se construir uma ciência econômica inteiramente hipotético-dedutiva, os economistas liberais abraçaram a ideia sem reservas. O método hipotético-dedutivo lhes permitia reduzir toda a teoria econômica a um sistema de fórmulas matemáticas que pareciam alta ciência. Uma ciência que, assim, passava a ser absolutamente certa, constituindo-se em um dogma. A única condição é que os axiomas ou pressupostos fossem igualmente absolutamente certos. Ora, o principal axioma era o do *homo economicus*, o homem totalmente racional e onisciente, capaz de tudo prever – um pressuposto que não tem nada de certo.

Além da aparência de ciência que os modelos matemáticos dão, nossos economistas liberal-dogmáticos tinham uma outra razão para adotar o método hipotético-dedutivo. Eles haviam aprendido com Adam Smith e seus sucessores que o liberalismo econômico era mais eficiente do que o mercantilismo, que foi o primeiro desenvolvimentismo na história do capitalismo. Para escrever seu grande livro, *A Riqueza das Nações*, de 1776,





ele naturalmente usou o método científico, o método histórico-dedutivo.

Smith pertenceu à escola da economia política clássica. Ele pensava historicamente. Procurou desenvolver toda a sua argumentação a favor do liberalismo econômico com base na sua observação da realidade. Ora, cem anos mais tarde, depois que Léon Walras publicou em 1874 seu modelo do equilíbrio geral, nossos maravilhosos economistas liberais perceberam que, usando a teoria econômica neoclássica, podiam 'demonstrar matematicamente' a superioridade do liberalismo econômico.

Dessa forma, os economistas ortodoxos, neoliberais, formados em universidades que ensinam quase invariavelmente a teoria neoclássica, têm uma visão naturalmente dogmática e amplamente equivocada do mundo e das coisas.

Como, então, explicar que um certo número de economistas e *policy makers* dos países ricos que estudaram em universidades que ensinam exclusivamente a teoria econômica neoclássica sejam capazes de analisar suas economias e propor políticas econômicas acertadas? Para mim estas ou estes economistas são pessoas muito inteligentes e experientes e são também pragmáticos que, sem atacar a teoria neoclássica, a 'esquecem', e usam sua inteligência para pensar de forma independente. Dani Rodrik e Paul Krugman são economistas situados nessa categoria.

Voltemo-nos agora para a economia brasileira. Os economistas que explicam todos os problemas do Brasil com a irresponsabilidade fiscal e os resolvem com a austeridade não são economistas independentes. Eles obedecem à cartilha neoclássica e se subordinam fielmente ao mercado financeiro e aos rentistas. São dogmáticos.

O problema fiscal é certamente importante. No governo Bolsonaro, a irresponsabilidade fiscal foi muito grande e desequilibraram as finanças públicas por um bom tempo. Por isso Lula e Fernando Haddad agem bem ao definir um arcabouço fiscal e procurar ficar dentro de suas metas.

Mas há outros problemas fundamentais que o Estado deve procurar enfrentar. Primeiro, deve aumentar o investimento público. O Brasil parou de crescer nos anos 1980 porque, então, a poupança e o investimento público caíram fortemente e, desde aqueles longínquos anos, a poupança pública é negativa e o investimento público, muito pequeno.

Segundo, deve reconhecer oficialmente a existência da doença holandesa. Hoje ela não existe porque o preço das *commodities* exportadas está baixo ou 'normal' e, portanto, a taxa de câmbio corrente é aproximadamente igual ao 'equilíbrio industrial' – a taxa de câmbio que torna competitivas as empresas industriais que usam a melhor tecnologia.

É importante esse reconhecimento porque, quando o preço das *commodities* voltar a

aumentar ciclicamente, a taxa de câmbio voltará a se apreciar e as empresas industriais deixarão de ser competitivas. Enquanto não houver esse reconhecimento e, junto com ele, o compromisso do Estado de manter competitiva a taxa de câmbio para a indústria, as empresas que estão interessadas em investir não investirão. Naturalmente, para fazer esse compromisso o governo deve estar pronto para neutralizar a doença holandesa assim que o problema surgir. Esse reconhecimento e esse compromisso darão às empresas uma razoável tranquilidade para investir.

Terceiro, é necessário que o Estado evite déficits na conta corrente, que, além de implicarem crescente endividamento em moeda estrangeira, causam a apreciação da taxa de câmbio, não de forma tão grave como no caso da doença holandesa, mas de forma permanente, que dura enquanto os déficits na conta corrente continuarem a se repetir na economia em desenvolvimento. No Brasil, a passividade em relação a esses déficits recorrentes mostra que os governos esperam crescer com poupança externa. Configura-se assim uma política de déficit em conta corrente. Só essa política pode explicar que a taxa de câmbio não equilibre a taxa de câmbio do país.

Quarto, o Estado deve ter uma política industrial que seja estratégica e que seja condicionada à capacidade de exportar das empresas beneficiadas. Essa política não deve se valer apenas de subsídios; deve usar também tarifas aduaneiras, que são o principal instrumento para neutralizar a doença holandesa e que são legitimadas não apenas pelo argumento da indústria infante, mas também pelo argumento da neutralização da doença holandesa.

Quinto, o Estado deve ter uma política de salário mínimo que contribua para o achatamento da hierarquia de salários em benefício dos mais pobres e cause algum aumento no nível médio dos salários.

Estas e outras políticas, todas elas parte da teoria novo-desenvolvimentista, não são consideradas pelo dogmatismo neoclássico. As viseiras dogmáticas que usam os impedem de ver qualquer outra coisa além do problema fiscal.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

O Brasil na contramão

Olivia Bullio Mattos*

■ Em setembro de 2024, o Brasil ocupava o segundo lugar no mundo em nível de taxas de juros reais. Com juros em torno de 7,3% ao ano, só perdemos esse pódio para a Rússia, que tem uma taxa real de aproximadamente 9% ao ano. Enquanto em grande parte do mundo entidades como o *Federal Reserve*, Banco da Inglaterra e Banco Central Europeu mantêm ou reduzem suas taxas de juros nessa segunda metade de 2024, o Banco Central do Brasil (Bacen) foi um dos únicos a aumentar a sua taxa básica Selic em sua última reunião em setembro deste ano para 10,75% ao ano. A justificativa dada pelos membros do Copom, que votaram unanimemente pela elevação, é de risco de “desancoragem” das expectativas de inflação, uma vez que o mercado de trabalho se encontra aquecido e com pressões salariais que podem ter impacto nos preços. A ata da reunião de setembro destaca que as projeções continuam sendo de desinflação, e que o aumento da inflação não é certo. Ainda assim, a Selic subiu.

A ideia de que Bancos Centrais (BCs) devem reagir prontamente a um desvio da inflação da sua meta e, mais ainda, do desvio das *expectativas* de inflação não é nova. Revestido sob uma visão de “ciência” econômica superior com um “modelo” praticamente imutável que seria válido para qualquer tempo e qualquer lugar, o chamado “Novo Consenso Monetário” (NCM) surgiu no final dos anos 1980s e foi adotado em grande parte dos BCs do mundo, com pouquíssimas exceções (como a China), e como parte de um movimento mais amplo de avanço do neoliberalismo. Nesta ideologia que prega livre mercados e livre comércio, o Estado passou a ser visto como um grande “vilão” que perturba o funcionamento normal e eficiente de uma economia capitalista; seu papel deveria ser restrito a garantir a propriedade privada e a alocação de recursos pelo mercado. Tanto a direita quando a esquerda nos países desenvolvidos passaram a ado-

tar a retórica de “*small government*”. Ao mesmo tempo, para países em desenvolvimento, o Consenso de Washington à época prescrevia privatizações, cortes de gastos, abertura comercial e financeira, reformas pró-mercado e desregulação.

Neste ambiente, o NCM surgiu como o braço das políticas neoliberais para o BC pela fusão das escolas Novo-Clássica e Novo-Keynesiana, após desastrosos experimentos monetaristas. A política monetária deve, para essa escola, seguir regras claras e transparentes a fim de não perturbar as expectativas de inflação dos agentes ditos “racionais”. A administração da moeda, segundo os proponentes do NCM, é muito importante e perigosa se deixada nas mãos de políticos que podem ter interesses eleitorais. Assim, o BC deve ser independente do governo, com uma só meta, a estabilidade de preços. Qualquer outro objetivo não seria alcançável no longo prazo, já que a moeda é neutra (e a inflação é vista como um fenômeno puramente monetário, causado principalmente por excesso de demanda, e não distributivo) e não afeta de forma permanente variáveis reais, como o crescimento econômico ou a taxa de desemprego. Para isso, o BC deve usar somente um instrumento, a taxa de juros de curto prazo. Todas as outras taxas deveriam ser determinadas pelo mercado. A retórica do NCM é convincente para o público: o “edifício” teórico é extremamente bem-construído e daria a confiança e credibilidade necessária para que o BC administrasse uma moeda fiduciária e sem âncora real após o final de Bretton Woods. Afinal, quem seria contra um BC “técnico” e “transparente”? Uma política monetária “responsável”? A inflação relativamente bem-comportada nos anos 1990 até 2004 nos países centrais (período conhecido como a “Grande Moderação”) deu a falsa impressão de que esse modelo realmente funcionava e que o debate monetário estaria encerrado, tanto na academia quanto na política. No senso comum, enraizou-se a antiga ideia de que mais moeda em circulação



é sempre seguida de aceleração inflacionária e que o BC deveria, portanto, somente se preocupar com estabilidade de preços, sendo firme na gestão da moeda e sem sucumbir a pressões políticas.

Entretanto, os benefícios sociais e econômicos do neoliberalismo e do NCM já vêm sendo questionados há algum tempo, mesmo dentro do *mainstream* econômico. Após a crise financeira de 2008, e novamente durante a epidemia de Covid-19, os grandes BCs do mundo se viram obrigados a reagir de forma inédita, criando instrumentos a fim de lidar com os efeitos das duas crises nos mercados financeiros e com a súbita preferência pela liquidez dos agentes. Olivier Blanchard e Lawrence Summers, dois dos maiores proponentes da escola Novo-Keynesiana (e do NCM), publicaram em 2019 o livro *“Evolution or Revolution: Rethinking Macroeconomic Policy after the Great Recession”*, no qual vários economistas pertencentes ao *mainstream* repensam a macroeconomia. Dentre algumas propostas do livro, chama a atenção a defesa de uma política fiscal mais ativa como instrumento de estabilização e a aceitação de que a política monetária seria limitada para afetar a demanda agregada.

Ainda que esse repensar das políticas não leve em conta a real natureza instável de uma economia capitalista e a centralidade do crédito sob uma perspectiva pós-keynesiana, é um pequeno avanço nas economias desenvolvidas. O Brasil, no entanto, ainda caminha na contramão, mesmo dentre os países em desenvolvimento. Por aqui, o “debate econômico” só tem um lado: a supremacia do regime de metas de inflação e a taxa de juros nas alturas. O regime de metas de inflação permanece praticamente inalterado em sua essência desde a sua adoção em 1999.

Mas por quais motivos esses dogmas ainda persistem de maneira tão forte por aqui? Um deles é, sem dúvida, a enorme influência que os mercados financeiros – entendidos como um conjunto de instituições como fundos de investimento, fundos mútuos, seguradoras, bancos de investimentos e bancos múltiplos – exercem sobre o Banco Central e sobre o governo. Os mercados, que se dizem



“apolíticos”, são na verdade o oposto: extremamente políticos ao defenderem seus interesses específicos. O modelo de metas de inflação, somado à independência do BC, é um prato cheio para aqueles setores que realmente ganham com juros altos, que usam o argumento de que a taxa de juros precisa ser elevada no Brasil devido aos altos gastos públicos e endividamento. Com isso, engessam não somente a política monetária, mas também a política fiscal, que se tornou refém da constante defesa da austeridade.

Quebrar esses dogmas não é tarefa fácil. Primeiramente, é preciso partir da ideia de que a moeda é um bem público e que sua gestão, portanto, deve levar em consideração objetivos de políticas públicas. Ainda que o Brasil esteja inserido em um ambiente global de financeirização, liberalização e subordinação às decisões econômicas de países centrais, o espaço para políticas macroeco-

nômicas é muito maior do que se tem feito hoje. O enfrentamento necessário de múltiplas crises globais simultâneas – climática, social com crescentes desigualdades, política com aumento de conflitos e guerras, sanitária com pandemias – já demanda BCs e governos mais ativos e políticas macroeconômicas agindo conjuntamente, com novos objetivos e instrumentos. Caso o Brasil continue na contramão, insistindo em modelos ultrapassados, continuaremos com uma das maiores taxas de juros do mundo, beneficiando mercados financeiros em detrimento do desenvolvimento econômico.

** É professora associada de Economia no St. Francis College (Nova York, EUA) e pesquisadora visitante do Ceri/IE Unicamp. Tem doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (2015). Suas áreas de pesquisa são política monetária, sistemas financeiros e regulação bancária e financeira.*

O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica

Luiz Martins de Melo*

■ O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica. Embora incorpore uma teoria econômica baseada na economia neoclássica convencional, o seu objetivo é construir uma nova estrutura institucional que tem como referência uma volta ao passado idílico da sociedade do século XIX.

Polanyi¹, ao analisar como a civilização do século XIX apresenta as quatro instituições em que ela se baseava, afirma que a fonte e matriz do sistema foi o mercado autorregulável. Foi essa inovação que deu origem a uma civilização específica. O padrão-ouro foi apenas uma tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional; o sistema de equilíbrio de poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão-ouro e parcialmente nele fundamentada. O estado liberal foi, ele mesmo, uma criação do mercado autorregulável.

Considere os dogmas dominantes da economia convencional de hoje, que incluem concorrência perfeita, retornos constantes, produtividade marginal, neutralidade monetária, expectativas racionais, o potencial de auto-organização de mercados supostamente livres e equilíbrio geral. Traduzido em política, isso nos deu o Consenso de Washington, que exige orçamentos equilibrados, dinheiro apertado, privatização, desregulamentação, livre comércio, mercados de capitais abertos e assim por diante. Essa é a definição da prática política que se convencionou chamar de neoliberalismo.

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou a vitória política no Ocidente da intervenção do Estado para combater a recessão. O *New Deal* nos Estados Unidos, a publicação da Teoria Geral de Keynes em 1936 e o Relatório Beveridge de 1942 vão fornecer as bases para a hegemonia das políticas de implantação do Estado de Bem-Estar Social financiadas pelo investimento público.

Keynes será, evidentemente, seu adversário principal. Mas eles pegam emprestado

também de seus adversários os instrumentos jurídico-políticos, que serão incrivelmente eficazes a partir dos anos 1970. Em uma palavra, contra o velho naturalismo liberal do século XVIII, eles vão se dedicar à construção de um conjunto de regras, de instituições e de constituições necessárias ao funcionamento da concorrência. O mercado deixa de ser “natural” e se torna “institucional”.

A ordem mundial que foi construída em Bretton Woods no final da Segunda Guerra Mundial, sob a liderança americana no mundo ocidental, permitiu a reconstrução da Europa e do Japão, a industrialização de muitos países da periferia, impulsionada pelo investimento produtivo direto, e o desenvolvimento de economias autônomas apoiadas pelas políticas de seus respectivos Estados nacionais. Junto com esse impulso econômico, os Estados nacionais trataram de elaborar e financiar políticas para o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social e o fortalecimento dos sindicatos para afastar o perigo da ameaça socialista. Esse arranjo institucional é chamado de “fordismo contratual”. No capitalismo contratual, a concepção dominante era que os proprietários de capital existiam para fornecer bens e seguros aos trabalhadores. A sociedade concordou. As origens da forma corporativa de negócios foram um esforço para incentivar a tomada de riscos. Os proprietários de empresas foram protegidos de perdas massivas pela invenção da responsabilidade limitada. Em troca dessa mitigação de risco, esperava-se que eles fornecessem aos trabalhadores um seguro contra as vicissitudes do ciclo capitalista e proporcionassem crescimento na capacidade da sociedade de satisfazer seus desejos e necessidades.

Esse arranjo político institucional durou até os anos setenta do século passado. Nesse período, o sistema de Bretton Woods entra em crise. Vários fatos marcam esse período de transição do fordismo contratual



para uma forma de acumulação capitalista, a financeirização. A decretação pelo governo Nixon da inconversibilidade do dólar em 1971, a adoção do regime de flutuação cambial em 1973, e a elevação da taxa de juros em 1979. Junto com isso ocorrem as duas elevações do preço do petróleo, 1973 e 1978, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, a derrubada do governo de Allende no Chile em 1973 e a fase de teste da política neoliberal conduzida pelos “Chicago Boys” sob a supervisão de Milton Friedman.

Em 1979, Thatcher foi empossada como primeira-ministra do Reino Unido. Em 4 de novembro de 1980, Ronald Reagan e seu companheiro de chapa George HW Bush venceram as eleições americanas. A famosa frase de Thatcher, não existe sociedade, existe apenas o indivíduo, mostra como o neoliberalismo é muito mais do que uma simples teoria que informa uma política econômica. O neoliberalismo é uma reação progressivamente coordenada, internacionalizada, sistematizada ao ponto de se tornar finalmente um projeto universal e um sistema político-econômico suficientemente poderoso para prevenir alternativas e neutralizar as oposições. Não podemos compreendê-lo sem compreender que estamos lidando com um sistema político-institucional, com suas próprias regras de funcionamento, e não simplesmente com uma política econômica ou uma ideologia.

A partir dessas vitórias, os anos oitenta vão ser marcados pelo início da hegemonia política das ideias neoliberais, com a implantação da liberalização financeira e cambial, mudança nos padrões de concorrência nos mercados mundiais, com a alteração das regras institucionais do comércio e do investimento reforçando a hegemonia americana. Em 1985, na reunião dos bancos centrais durante o G-7, o FED (Banco Central americano) impõe uma desvalorização ordenada da moeda americana. Esse fato assinala que o raio de manobra da potência dominante, sua capacidade de coordenar os mercados e submeter os aliados eram maiores do que se poderia suspeitar e é o início do processo de guerra híbrida como uso do poder financeiro e monetário americano pa-

ra reforçar a sua hegemonia. É o que se convencionou chamar de “dólar-bomba”.

Com a vitória americana na Guerra Fria e a afirmação do seu poder geopolítico unipolar, o fim da história, o neoliberalismo se transforma em uma política adotada como padrão pelos organismos multilaterais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), o Consenso de Washington.

O Consenso de Washington é um conjunto de dez regras básicas, formuladas durante uma reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, baseadas em um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*. Essas dez medidas (disciplina fiscal e fim dos déficits orçamentários, redução de gastos públicos e reordenação de prioridades governamentais, reforma fiscal, taxas de juros flexíveis, taxas de câmbio flexíveis, liberalização do comércio, ambiente favorável para os Investimentos Externos Diretos (IED), privatização, desregulamentação e direitos de propriedade privada garantidos) indicavam claramente a ligação direta com o neoliberalismo e com as recomendações da Sociedade Mont Pèlerin.

O Plano Real reflete a influência do Consenso de Washington no Brasil. Além de uma nova moeda para o país, esse plano promoveu a abertura da economia nacional, atuou na redução das despesas do Estado e na privatização das empresas estatais. Os resultados da aplicação dessas medidas foram a estagnação do crescimento econômico e do desenvolvimento social, a manutenção ou elevação do desemprego, o aumento das desigualdades sociais, taxa de juros altíssimas e maior dependência do mercado e dos agentes econômicos externos.

O Consenso de Washington, sendo um amplo pacote de medidas de cunho neoliberal, é a face econômica de uma nova concepção de sociedade em que o indivíduo, o privado, se sobrepõe ao coletivo e ao social. A redução do papel do Estado e o maior peso que as decisões dos agentes econômicos externos possuem no âmbito nacional, as grandes empresas e as instituições financeiras,

oriundas das maiores economias do mundo, em particular a dos Estados Unidos, perpetuam uma estrutura caracterizada pela relação de dependência e pela intervenção dos países desenvolvidos nas economias emergentes.

As políticas neoliberais, ao permitirem a abertura da conta de capitais e a independência do Banco Central, transformam a política fiscal restritiva na variável fundamental para equacionar a estabilidade econômica. Isso significa que o governo eleito tem que submeter as suas prioridades políticas aos objetivos de uma instituição supostamente meritocrática e isenta de ideologia, o Banco Central independente. As decisões de elevar ou reduzir a taxa de juros passam a ser o referencial básico para as finanças públicas “sadias” a partir dos orçamentos individuais (das famílias), ou seja, o nível de gastos públicos deveria ser bastante rígido e o orçamento público deveria ser constantemente equilibrado, independentemente do nível de atividade. E o referencial básico para a decisão sobre juros é a determinação pelo FED da taxa de juros americana.

A hegemonia do neoliberalismo, que tem em seu coração a obtenção de superávit primário, é uma arma ideológica da luta de classes para encobrir os enormes déficits sociais e um suposto apelo modernizante meritocrático da modelagem técnica da política monetária pela independência do Banco Central. O seu real significado é afirmar que vai mudar para ficar tudo como está. A hegemonia ideológica e política dessa concepção de estruturar e operar a política econômica é preocupante. Tem como objetivo criar uma sociedade em que todos competem contra todos. É o indivíduo possessivo a referência para essa sociedade. O ovo da serpente do fascismo.

** É professor associado 4 do IE/UFRJ, mestre em Economia Industrial e doutor em Economia pelo IE/UFRJ. Tem especialização em Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Science Policy Research Unity (SPRU) da Universidade de Sussex, Inglaterra, e em Design and Evaluation of Innovation Policy, na United Nations University, UNU-Intech, na Holanda.*

1 Polanyi, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

A razão neoliberal e a morte da economia política

Rosa Maria Marques*

■ Nos últimos tempos, é fora de dúvida que ganhou muita força a percepção de que um pensamento único se impõe como verdade inconteste no campo da Economia. No entanto, a presença desse pensamento único e seu poder cerceador de qualquer debate não são de hoje. Em 1997, o primeiro número da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) publicou o “Manifesto de economistas contra o pensamento único”, documento que havia sido lançado na França, no ano anterior, e que reunia professores e pesquisadores das mais destacadas universidades e centros de pesquisa daquele país. Nesse manifesto, seus signatários destacam, entre outras coisas (Revista da SEP, p.188, 1997):

Certas decisões de política econômica – frequentemente apresentadas como inelutáveis – estão sendo legitimadas através de uma apresentação caricatural e redutora dos conhecimentos econômicos. O discurso dos “peritos” oficiais, segundo o qual não existe outra política possível, não parece sofrer questionamento algum.

Apesar do que era denunciado, no interior da universidade francesa, o debate ainda continuava vivo e muito contribuiu para o entendimento do que estava se passando no plano da política econômica. Mas essa já não é mais a realidade que lá vigora, pouco restando das oportunidades / classes nas quais eram apresentadas e discutidas posições heterodoxas e marxistas. Não é de se estranhar que o curso de Economia tomou o nome de Escola de Negócios em muitos lugares.

No Brasil, foi criada a SEP, em 1996, como uma tentativa de se contrapor ao pensamento único que se expressava fortemente nos encontros anuais dos cursos de pós-graduação da área. Já em nível da graduação, a pluralidade do ensino, isto é, a ga-

rantia de que os cursos contemplariam as principais escolas do pensamento econômico e que a formação do economista seria completada por disciplinas que propiciassem conteúdo dos campos da História, da Filosofia, do Direito, da Sociologia, entre outras, era definida em documento aprovado no âmbito da Associação Nacional dos Cursos de Graduação (Ange). Isso resultou na Resolução nº 11, de 1984, do Conselho Nacional da Educação. Suas orientações eram, em geral, cumpridas, total ou parcialmente, de norte a sul do país. O cumprimento dessas orientações apoiava-se no fato de os professores da área participarem das discussões curriculares e se manterem em constante mobilização. Atualmente, vigora a Resolução nº 4, do CNE, datada de julho de 2007. Ela manteve as diretrizes anteriores. Com essa resolução, consolidaram-se, assim, os princípios defendidos pela Ange desde os anos 1980.

Atualmente, e em oposição à Resolução, vários cursos de Economia (ou que são identificados como tal) no país abandonaram diversos princípios que fundamentavam o entendimento da Ange do que deveria ser a formação de um economista. Entre esses, destacam-se a ausência do pluralismo e a não existência de disciplinas que forneçam conhecimento sobre a formação da sociedade brasileira e sua inserção no processo de reprodução do capital no plano mundial. Não faz pouco tempo, fomos surpreendidos com a notícia que alunos de uma determinada universidade estavam entrando na justiça porque o currículo que lhes era oferecido não seguia as diretrizes dos cursos de Economia. Dessa forma, tal como na França, o avanço do pensamento único é geral, restando poucos cursos e ambientes onde isso não é a regra. Vale esclarecer que esse fenômeno – da imposição de um pensamento único – está presente no mundo inteiro, de maneira mais ou menos acentuada a depender do país.





O que acabei de descrever (e tendo como objetivo os economistas mais jovens, que não viveram o período de democratização do país) revela que a consolidação do pensamento único na Economia é resultado de um longo processo e está indissociavelmente ligada ao fato de o capital dominante do capitalismo contemporâneo ser o capital a juros (financeiro) e não mais o capital envolvido na produção de mercadorias. É esse capital que determina as relações econômicas e sociais do mundo atual e isso tem consequências de toda ordem. Seu caráter rentista e a expansão de sua forma fictícia a níveis antes impensados (tal como apresentada por Marx no livro III de *O Capital*) impõem uma leitura da realidade econômica única e absolutamente adequada a seus interesses.

Não é preciso lembrarmos que a Ciência Econômica é uma ciência social e que, portanto, tem que considerar, em seus diagnósticos e propostas, a sociedade em questão, as relações de produção entre as classes, a forma de integração ao capitalismo mundial e a dinâmica da acumulação desse último. A tentativa de abstrair tudo isso, isto é, de não considerar esses aspectos, não só cria uma

representação caricata da realidade como completamente equivocada, em nada explicando o objeto em análise. Aqueles que assim procedem têm uma extrema dificuldade de compreender que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso” (Marx, 1979, p. 229).

A estreita ligação entre o poder desse capital sobre o destino das nações e povos e as “receitas” que seus representantes defendem para fazer frente ao que consideram problemas é absolutamente evidente, sem que se possa desconsiderá-la. Em seu catálogo internacional de doenças (CID de economia) só existem duas enfermidades: a inflação e o déficit público. Sobre a primeira, pouco importa a causa, pois o remédio é sempre o mesmo: elevar a taxas de juros, o que beneficia, sempre, os detentores da dívida pública. A segunda doença também só tem um remédio, cortar o gasto público e de qualquer natureza. Tudo em nome de evitar o aumento do endividamento público que, segundo os defensores do pensamento único, tem um nível máximo que, se ultrapassado, provoca grandes desarranjos na economia. Mas nada é dito sobre o

fato de esse nível “mágico” não se aplicar aos “donos do mundo”, cujo exemplo maior são os Estados Unidos. Também nada é dito sobre o fato de não serem incluídas nos gastos passíveis de corte as despesas financeiras. Essas são honradas e, assim, é garantida a rentabilidade dos títulos públicos. Os credores agradecem e estarão sempre dispostos a ampliar seu patrimônio com esses títulos.

No Brasil, o resultado disso, com o apoio unívoco da grande mídia, é a manietação do governo de plantão. Este fica, de fato, sem poder fazer política fiscal, a não ser na margem; e pouco pode fazer com relação à política monetária, pois o crédito direcionado, mesmo ampliado, não seria suficiente para dar conta da necessidade. Dessa forma, o governo assiste de camarote à elevação da taxa de juros de uma instituição que se pretende independente dos interesses de classe. Os detentores dos ativos, especialmente da dívida pública, mais uma vez agradecem. O triste é ver representantes de um governo identificado como progressista repetirem cantilenas identificadas com o pensamento único, tal como o cumprimento da meta fiscal a todo o custo.

assim, a reprodução *ad nauseam* do pensamento único no campo da Economia é expressão da vitória relativa que os rentistas obtiveram nos últimos quarenta anos, quando o capital a juros, especialmente o capital fictício, passou a determinar todos os aspectos da atividade humana. A nova razão do mundo, na feliz caracterização de Dardot e Laval (2016), é a razão dos rentistas. O resto, tal como emprego, renda, famílias, é um mero detalhe e é dispensável. Cabe a nós não deixar a economia política morrer.

DARDOT, Pierre e LAVAL Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da Economia Política*. Lisboa, Estampa, 1979.

Revista da SEP. *Comunicado: manifesto de economistas contra o pensamento único*. Rio de Janeiro, Sete Letras, ano I, 1997.

* É coordenadora do mestrado em Economia Política e ex-presidente da SEP e da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES).

Política econômica e a ascensão do terraplanismo fiscal: como chegamos aqui?

Luciana da Silva Ferreira*
Roberto de Souza Rodrigues**

■ Nas últimas décadas, os avanços da ciência moldaram de maneira profunda nossa compreensão do mundo. A ciência não apenas expandiu nosso conhecimento sobre o universo e a vida humana, como também impulsionou inovações tecnológicas que transformaram nossa sociedade. No entanto, em meio a esse progresso, assistimos à proliferação de movimentos que desafiam o saber científico, como o terraplanismo e a negação da eficácia das vacinas. A disseminação de crenças anticientíficas, facilitada pelas redes sociais, revela um paradoxo contemporâneo: enquanto a ciência avança, uma parte da sociedade recua, rejeitando amplamente as evidências científicas.

Este fenômeno de negação não é exclusivo de áreas como a astronomia ou a medicina; pelo contrário, ele também se manifesta na Ciência Econômica. No caso das Ciências Sociais, como a Economia, as controvérsias podem ser ainda mais exacerbadas, uma vez que suas teorias, em grande parte, não podem ser testadas em laboratórios. Ao longo das últimas décadas, convivemos com uma ciência que vê seus instrumentos de política econômica serem aplicados para um único fim, a partir de um pensamento dominante. Mesmo que os resultados não tenham sido nada promissores nas décadas de aplicação destas políticas pautadas em determinadas teorias, admitir a insuficiência ou a inconsistência destas teorias está longe de ser a alternativa adotada. Pelo contrário, o insucesso é atribuído sempre a elementos exógenos à teoria, mesmo sem comprovação disso, no mais claro argumento de que se a política econômica adotada não deu certo, é porque a realidade está errada.

Assim, a realidade dos resultados dessas políticas parece cada vez mais distorcida. Enquanto nas sete primeiras décadas do século XX o Brasil experimentou um crescimento

significativo, desde os anos 1980, o país viu sua taxa de crescimento econômico declinar de forma persistente. Nos últimos vinte anos, presenciamos um crescimento anual médio de apenas 2%, sendo que, na última década, essa taxa foi praticamente zero. A indústria perdeu espaço, enquanto os setores de agropecuária e serviços – muitos deles com baixo valor agregado – ganharam relevância.

Este cenário aponta para o risco de um país que amplia a importância de setores baseados em *commodities* e em serviços com baixo valor agregado ao mesmo tempo que reduz a participação do setor que historicamente impulsiona o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade. De um modo geral, esse ritmo de crescimento econômico é incapaz de absorver as demandas sociais e estruturas requeridas, não proporcionando a expansão da capacidade produtiva e tornando-nos mais vulneráveis a potenciais problemas no balanço de pagamentos.

Compreender os problemas concernentes a estes e outros fatores correlacionados passou a ser o grande desafio para economistas ao longo dos últimos anos. Não por coincidência, a taxa média de crescimento medíocre do país ocorre a partir da década de 1980 e se intensifica na década seguinte, com o forte avanço das políticas neoliberais do Consenso de Washington. Mesmo com o fracasso comprovado em diversos países ao redor do mundo que adotaram essas políticas, inclusive no Brasil, uma dessas recomendações se tornou um dogma central de todos os governos, independente da visão ideológica seguida, qual seja: a questão fiscal. Passa governo, passa ideologia, passa ataque à ciência, passa ataque à democracia e está ela lá presente: a suposta “responsabilidade fiscal”.

A retórica de convencimento dirigida ao senso comum e aos diversos formadores de opinião foi tão poderosa que qualquer argumento contrário, mesmo que fundamentado



Luciana da Silva Ferreira



Roberto de Souza Rodrigues

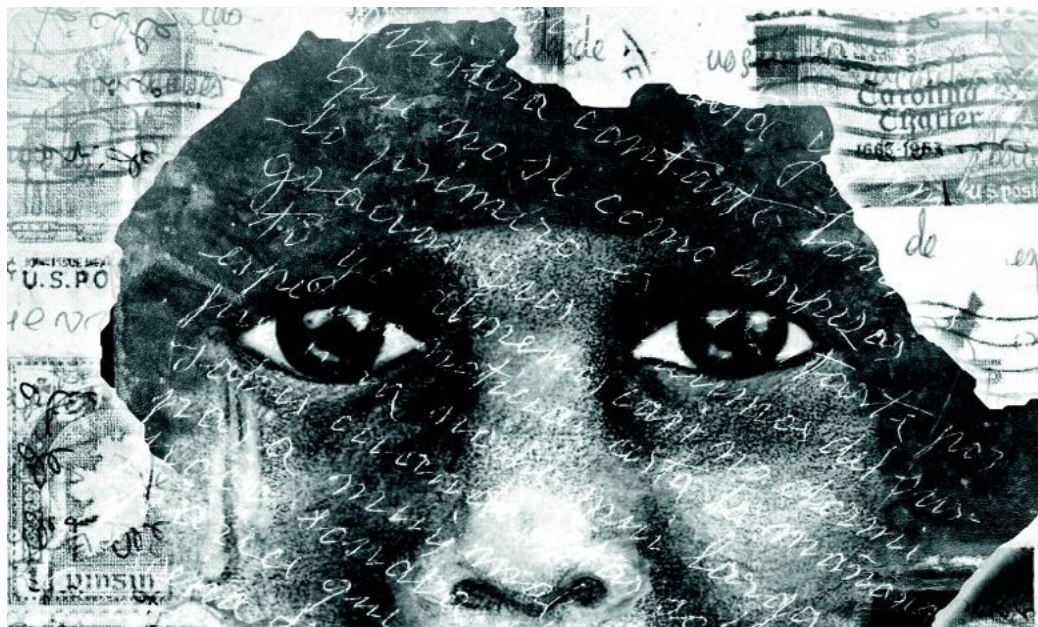


por economistas em sólidas teorias, é rapidamente descartado pelo crivo social e taxado como “irresponsável”. Pensar fora dessa caixinha é visto como promover o caos, a corrupção, a falência do mercado e do Estado. Transforma-se quase em uma batalha entre o bem e o mal, onde os defensores da política fiscal neoliberal se posicionam como os guardiões do bem.

No entanto, ao contrário dos vilões das novelas brasileiras, que triunfam na maior parte da trama enquanto o herói só encontra felicidade no último capítulo, a política fiscal neoliberal no Brasil tem desfrutado do seu glamour e protagonismo há mais de três décadas. Essa política agrada imensamente os rentistas, que parecem viver como se estivessem no último capítulo de um enredo vitorioso. Enquanto isso, o Brasil enfrenta um atraso econômico profundo, cujos efeitos têm agravado o conflito distributivo na sociedade. A miséria e a concentração de renda são os resultados mais perversos desse drama, digno de uma novela mexicana.

Mas por que a ideologia da política fiscal neoliberal exerce tanto poder de dominação retórica no debate acadêmico e no senso comum? Talvez pela sua simplicidade argumentativa que qualquer dona(o) de casa sabe: se ela gastar mais do que sua renda, com certeza vai chegar o momento em que não conseguirá mais fazer frente às suas despesas. Da mesma forma que o terraplanista se limita à sua própria visão interpretativa de que a Terra não é redonda, o argumento da dona(o) de casa não alcança a compreensão do impacto macroeconômico das ações fiscais do Estado. A abstenção pelo governo de seu poder de direcionar gastos, transferências e arrecadação, que deveriam ser utilizados para promover o desenvolvimento do país e ampliar a distribuição de renda – aspecto ignorado pela lógica neoliberal –, tem contribuído, nas últimas décadas, para um retrocesso social sem precedentes em nossa história. A busca incessante pela austeridade fiscal através de uma meta contábil pensada *ex ante* tem provocado cortes constantes de gastos públicos, levando à redução da demanda agregada e, por consequência, da renda e do emprego do país.

Essa situação se agravou ainda mais com a criação da Emenda Constitucional nº 95,



conhecida como Teto dos Gastos – modificada para Novo Arcabouço Fiscal, no atual governo –, um dispositivo constitucional do terraplanismo fiscal imputado na Carta Magna do país, onde qualquer mudança de direção na política fiscal do país (ação do Executivo) precisa ser apreciada pelos congressistas. É como se colocássemos um teto para o número de vacinas em nossa Constituição, alegando que ultrapassar esse montante levaria a um aumento no número de jacarés de modo incontrolado. Qualquer nova crise sanitária que exija mais vacinação exigiria do Ministério da Saúde aprovar esse aumento na Constituição por meio da mobilização do Congresso. Somente o dogma de que vacinas transformam as pessoas em jacarés permitiria que isso acontecesse. Somente o dogma do terraplanismo fiscal neoliberal permitiu que o teto do gasto entrasse em nossa Constituição e agora, em sua substituição, o Novo Arcabouço Fiscal, fosse promulgado como lei.

Para que o país retome sua trajetória de crescimento econômico com distribuição de renda, será necessário superar os dogmas vigentes e adotar um modelo de Estado desenvolvimentista, onde as finanças públicas sejam direcionadas à melhoria da infraestrutura produtiva e ao fortalecimento das relações federativas. Isso deve incluir condições adequadas para que universidades, cientistas e pesquisadores desenvolvam estratégias de crescimento que garantam

equidade de renda, desemprego próximo de zero e uma política ambiental sustentável. Isso é possível a partir do reconhecimento de que o Estado gasta na moeda que emite e que este gasto tem impactos positivos no emprego e na renda, sem que isso signifique qualquer tipo de ameaça à estabilidade econômico-financeira do país.

Enquanto permanecermos presos ao dogma da austeridade, continuaremos assistindo ao enfraquecimento da nossa economia e ao aumento das desigualdades sociais. A esperança de que o crescimento econômico um dia “nos visite”, mantendo esse tipo de política, parece cada vez mais distante. Talvez, assim como os terraplanistas que esperam alcançar a extremidade do planeta, poderemos também nos deparar com uma economia robusta, florescente, criada pelas mãos invisíveis do mercado que defende a austeridade fiscal. Até lá, sigamos “acreditando” na magia da política fiscal restritiva...

* É graduada em Ciências Econômicas, mestre em Economia pela UFF, doutora em Economia pelo IE/UFRRJ, professora associada do ICESA/UFRRJ e coordenadora do Observatório de Política Macroeconômica da UFRRJ.

** É graduado em Ciências Econômicas, mestre em Economia pela UFF, doutor em Economia pelo IE/UFRRJ, reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e presidente do Fórum de Reitores das Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro – Friperj.

O dogmatismo econômico em uma breve perspectiva histórica

Victor Leonardo de Araujo*

■ Entre 1948 e 1980, o PIB real brasileiro cresceu à taxa média anual de 7,5% em meio a um processo de transformação profunda da estrutura produtiva, promovendo a industrialização e a urbanização do País. Todavia, este processo não ocorreu sem contradições ou desequilíbrios. O crescimento foi desigual e não foi inclusivo, aprofundou a má distribuição da renda e foi incapaz de impedir que milhões de brasileiros vivessem sob a pobreza e a miséria. Além disso, os desequilíbrios externos geraram instabilidade cambial durante a maior parte do período, gerando um processo inflacionário crônico. Este processo se tornou mais dramático durante os anos 1980, em meio à crise da dívida externa, quando, sob forte racionamento de crédito externo, a política macroeconômica tinha como principal objetivo equilibrar as transações correntes do balanço de pagamentos por meio de políticas de redução do nível de absorção doméstica e de recorrentes desvalorizações cambiais para manter a competitividade da produção doméstica face à importada. Os anos 1980 foram marcados pela estagnação econômica e pela inflação alta. A renegociação da dívida externa concluída em 1994 permitiu ao Brasil recuperar as condições de financiamento externo e estabilizar a taxa de câmbio, e também estabilizar os preços sob o Plano Real. Entretanto, a economia brasileira seguiu uma trajetória de longa estagnação econômica e se desindustrializou.

Os anos 1980 constituem não só o marco da crise econômica que pôs fim ao assim chamado período desenvolvimentista, mas também da ascensão de um certo dogmatismo econômico que desde o Plano Real – outro marco importante – tem imposto políticas fiscal e monetária muito duras e

inibidoras do crescimento econômico. Vejamos como isto ocorreu.

A tradição liberal-ortodoxa conseguiu construir uma interpretação *sui generis* para o êxito do Plano Real em estabilizar os preços: interpretou a inflação brasileira como decorrente do populismo econômico na forma de gastos públicos descontrolados e política monetária frouxa, mesmo que, à luz do seu próprio referencial teórico, as estimativas da Curva de Phillips para o Brasil fossem pouco promissoras para comprovar a sua tese. Foi isto, aliás, que levou à formulação do diagnóstico de inflação inercial, que engendrou dois tipos de propostas de planos de estabilização: o congelamento de preços e a moeda indexada. É necessário reiterar que ambos têm natureza heterodoxa. Mas, apesar disto, a tradição liberal-ortodoxa passou a atribuir o fracasso dos planos de estabilização dos anos 1980 ao populismo fiscal e monetário, e o sucesso do Plano Real ao ajuste fiscal prévio e à responsabilidade fiscal.

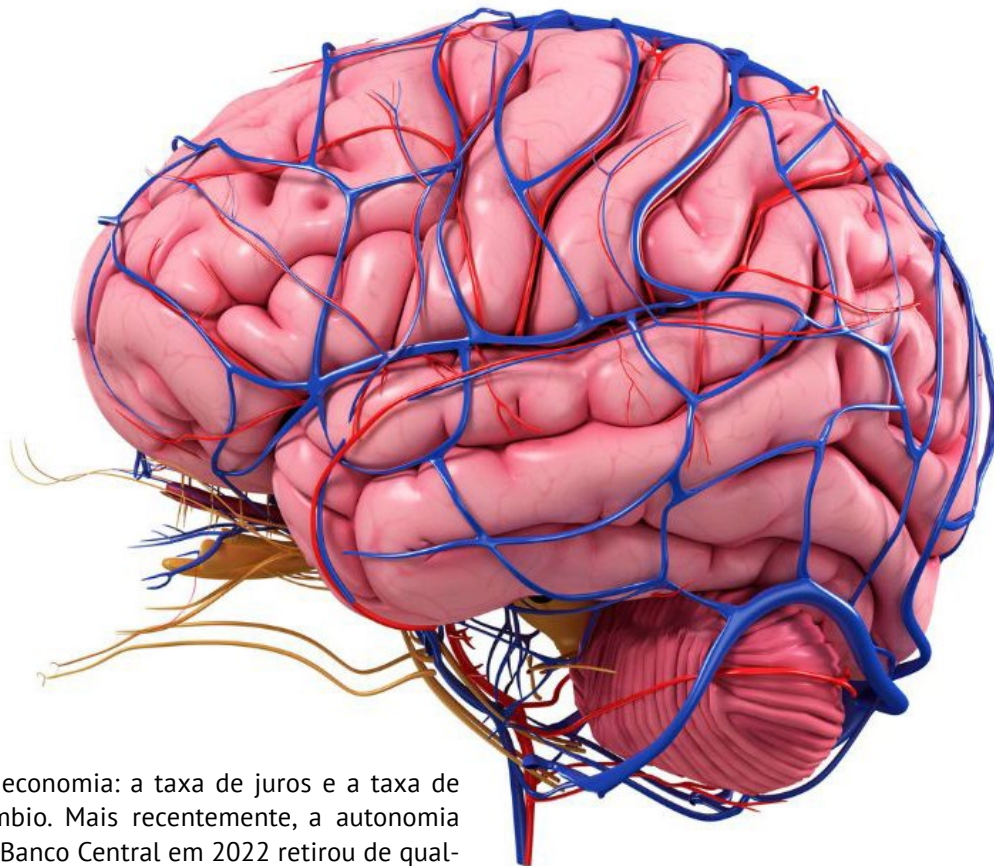
A tese do populismo não resiste ao escrutínio rigoroso da história econômica. Embora tenha ocorrido moderada deterioração das finanças públicas no final dos anos 1970, não houve “descontrole fiscal” capaz de provocar o processo de inflação alta dos anos 1980. A crise dos anos 1980 foi indubitavelmente causada pelo racionamento de crédito externo, não tendo nenhuma relação com o resultado fiscal. Mediações são possíveis, no sentido de que o processo de estagnação da dívida externa impôs ao setor público o ônus do ajuste do setor privado, mas a estagnação e a inflação decorrem diretamente das políticas de resposta ao racionamento de crédito externo.

Apesar de tantas evidências, a tese do populismo seguiu fortalecida por novas narrativas. Em 1986, ano do Plano Cruzado, o déficit operacional do setor público conso-



lidado como percentagem do PIB caiu para 3,6% (fora de 4,7% em 1985), mas mesmo assim a tradição liberal-ortodoxa insiste em atribuir o seu fracasso a um suposto descontrole fiscal. Sob esta perspectiva, esta tradição precisaria explicar o fracasso do plano de estabilização do ex-presidente Collor de Melo, que fez um ajuste fiscal tão severo a ponto de transformar o déficit primário de 1% do PIB em 1989 em superávit de 2,3% do PIB em 1990. Esta tradição teórica também tem dificuldades em explicar os motivos pelos quais a moderada deterioração das finanças públicas nos dois governos Fernando Henrique Cardoso não tenha trazido de volta a inflação.

Sem amparo nos dados, só nos resta considerar os diagnósticos e as proposições de política econômica da tradição liberal-ortodoxa como dogmas econômicos. A despeito do caráter dogmático, as políticas sugeridas foram seduzindo a opinião pública pela sua simplicidade, mas também pelo terror da sua ameaça, segundo a qual ceder aos encantos do populismo fiscal e monetário imporá novamente a inflação alta similar à dos anos 1980, a recessão e o desemprego. O dogmatismo econômico então foi se fortalecendo nos anos 1990: na forma das privatizações das empresas estatais, pois eram parte da causa do déficit público que supostamente determinava a inflação; na forma da abertura comercial, pois o parque produtivo nacional se tornaria mais competitivo; na forma da abertura financeira, pois o capital externo complementar a poupança doméstica e ampliaria os investimentos; e, finalmente, na forma de um regime macroeconômico que estabeleceria regras fiscais e monetárias para o seu funcionamento. E assim, na política fiscal foram adotadas as metas de resultado primário, e as regras para a sua persecução foram estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001; e anos mais tarde, a Emenda Constitucional 95 condicionou a expansão das despesas primárias à inflação. Na política monetária, o Regime de Metas Inflacionárias adotado em 1999 retirou margem de manobra para a determinação de dois preços-chave



da economia: a taxa de juros e a taxa de câmbio. Mais recentemente, a autonomia do Banco Central em 2022 retirou de qualquer governo democraticamente eleito a possibilidade de determinar as diretrizes para esses dois preços, ao menos durante dois anos, já que o mandato do presidente da autoridade monetária e da maioria de seus diretores não coincide com o do presidente da República. Recentemente, o teto de gastos da Emenda Constitucional 95 foi substituído pelo Novo Regime Fiscal Sustentado – o assim chamado Novo Arca-bouço Fiscal – que, embora mais flexível, foi construído sob a inspiração do mesmo dogmatismo econômico que inspirou as regras que lhe antecederam.

O custo deste dogmatismo pode ser sentido no cotidiano da vida econômica brasileira. Recentemente, o Comitê de Política Monetária do Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto da política monetária – aumento da taxa Selic – em um cenário no qual a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, o índice de referência no regime de metas de inflação no Brasil) acumulou 4,24% em 12 meses, próximo ao teto da meta de inflação, que é de 4,5%. Até o ano de 2018, 4,5% era o centro da meta inflacionária, e não o teto, e, provavelmente, uma mesma inflação acumulada

de 4,24% sob aquelas condições ensejaria um movimento de manutenção ou queda, e não de aumento, da taxa Selic. Uma meta de inflação tão baixa e incompatível com a história recente da inflação brasileira somente encontra amparo no dogmatismo.

A contraposição aos dogmas deve ser feita pela ciência. Os economistas e pesquisadores em Economia devem incansavelmente apontar as contradições do dogmatismo, mas urge também construir uma agenda de proposições de políticas alternativas às que o dogmatismo construiu. Já acumulamos críticas suficientes para compreender a inutilidade das regras fiscais e monetárias, mas precisamos intervir no debate apontando alternativas. Os economistas críticos do tripé macroeconômico têm se contentado em apontar apenas possíveis flexibilizações, sem se arriscar a apontar para inflexões mais contundentes, ou mesmo um novo e diferente regime de política macro indutora do crescimento do produto, do emprego e da sua melhor distribuição. Esta agenda é urgente. Quem se habilita?

* É professor do Departamento de Economia da UFF.

A austeridade como instituição

Newton Gracia da Silva*
Simone Deos**

■ Tornou-se célebre uma frase de Joan Robinson, economista e professora da Universidade de Cambridge, onde foi contemporânea de Keynes, que diz o seguinte: o propósito de estudar Economia não é adquirir um conjunto de respostas prontas para questões econômicas, mas aprender como evitar ser enganado por economistas. Essa frase traduz em alguma medida, e com um certo humor, o sentimento de economistas que observam a desconexão entre a economia real e o noticiário econômico, tal como aparece na grande mídia e nas redes sociais, largamente influenciado pela visão econômica *mainstream*.

Tomemos como exemplo a decisão que foi tomada pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) em 18 de setembro último, que elevou em 0,25 p.p. a já extravagante taxa básica de juros praticada no Brasil, que foi de 10,5% para 10,75% ao ano.¹ A decisão, amplamente celebrada na mídia, foi justificada no comunicado do Copom² com palavrório “técnico” intimidador. Em síntese, nos termos do documento:

“o cenário, marcado por resiliência na atividade, pressões no mercado de trabalho, hiato do produto positivo, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas, demanda uma política monetária mais contracionista”.

Também consta do relatório a advertência de que o Comitê:

“monitora com atenção como os desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. A percepção dos agentes econômicos sobre o cenário fiscal, junto com outros fatores, tem impactado os preços de ativos e as expectativas dos agentes. O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a an-

coragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária.”

Por outro lado, os dados apontam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu 4,24% nos últimos 12 meses, com tendência de queda. No regime de metas de inflação, a comunicação da autoridade monetária e as tendências são muito importantes. Dito isso, avaliando nos próprios termos do Copom e dos ‘players’ que apresentam suas expectativas no boletim Focus, a tendência de queda da inflação foi confirmada pelo IPCA-15 de setembro, que registrou elevação de 0,13%, abaixo dos 0,29% esperados para o indicador. Paralelamente, está em curso o início de um processo de afrouxamento monetário por parte dos mais importantes BCs do mundo, o que aumenta o diferencial de juros entre o real e o dólar e pode contribuir para uma apreciação da moeda brasileira, com impactos favoráveis sobre a inflação. Assim, ainda que as expectativas de inflação Focus não estejam “ancoradas” na meta de inflação de 3%, e que os modelos do Banco Central e do mercado sugiram que a economia está crescendo acima do seu produto potencial e que a taxa de juros neutra tenha se elevado, não há evidências concretas, observadas, de que a inflação esteja recrudescendo.

Mas, se diante desse abismo entre os dados reais e as justificativas baseadas em variáveis não observáveis (como produto potencial e taxa de juros neutra), a sensação de não estar sendo enganado pelo palavrório vazio do *mainstream* gera um certo conforto, de outro lado suscita perplexidade. Como é possível que, após terem falhado miseravelmente no “teste da realidade” – isto é, terem gerado resultados sociais catastróficos nas últimas décadas –, políticas econômicas austeras ainda sejam amplamente defendidas?

Essa pergunta norteou a pesquisa de tese que foi desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2023³. Nesse trabalho,



Simone Deos



Newton Gracia da Silva





defendeu-se a hipótese de que a austeridade é uma concepção, uma ideia, que avançou no sentido de tornar-se um hábito de pensamento e comportamento compartilhado – isto é, uma instituição. Como uma ideia, a austeridade pode ser tratada tanto na sua dimensão conceitual, que está propriamente no campo das ideias, como também na esfera das políticas econômicas, enquanto conjunto de diretrizes para orientar a conduta tanto de bancos centrais quanto dos tesouros nacionais. Contudo, para que seja compreendida corretamente, a austeridade não pode ser apreendida meramente como uma política econômica, tampouco como instrumento para modificar a correlação de forças da sociedade, embora isso também seja verdadeiro. Com efeito, a instituição da austeridade faz parte da governamentalidade neoliberal e de seus instrumentos para estabelecer a “nova razão do mundo”. Nesse entendimento, a austeridade faz parte de uma “concepção de sociedade” denominada de neoliberalismo, no sentido de Pierre Dardot e Christian Laval⁴.

A partir do encontro de ideias, acadêmicos e recursos financeiros, houve a confluência do neoliberalismo com a teoria econômica, na faculdade de Direito da Universidade de Chicago (EUA). A singular intersecção de pessoas e ideias com a disponibilidade de fundos, em 1945, não tinha por objetivo reformular o liberalismo clássico inglês, mas substituí-lo por algo novo: o neoliberalismo de Chicago [5]. Seu foco não era modificar a Ciência Eco-

nômica, como pareceu num primeiro momento, mas a sociedade como um todo, seguindo os passos do *best-seller* *The Road to Serfdom* de 1944, escrito por Friedrich Hayek.

A austeridade como instituição no sentido fiscal, ou estrito, refere-se a um conjunto de regras que foram estabelecidas em relação à política monetária, aos gastos do governo e à gestão da dívida pública. Essas regras de pensamento e comportamento compartilhadas na administração pública, mas não apenas, determinam que os governos devem reduzir os gastos – exceto com o pagamento de juros – para equilibrar os orçamentos e promover o crescimento com estabilidade de preços. Caso não o façam, caberá aos bancos centrais, que devem agir de modo “independente”, apertar a política monetária. Essa instituição foi estabelecida e vem sendo seguida em muitos países, sendo vista como um passo necessário para alcançar a estabilidade macroeconômica.

Atualmente, o que se observa é que a austeridade ultrapassou a sabedoria convencional dos especialistas em economia, finanças públicas e política, tornando-se quase um conhecimento tácito, um hábito de pensamento compartilhado, pouco menos do que uma verdade por si mesma. A propósito, os atores do sistema financeiro e político com maior protagonismo, prestígio e relevância quase não pronunciam o termo austeridade. Ao invés disso, como se pode conferir nas principais mídias de economia, o assunto é sempre a importância das refor-

mas econômicas que reduziriam o gasto público, os déficits primários e a relação dívida/PIB. Com essas medidas, a pressão altista sobre as expectativas de inflação, a curva de juros e a taxa de câmbio poderia diminuir. Em conjunto, haveria supostamente uma redução na necessidade dos bancos centrais aumentarem a taxa básica de juros para conter a inflação.

Contudo, e isso é importante destacar, aplicar políticas convencionais não é suficiente. O fundamental é que elas sejam estabelecidas na forma de leis ordinárias ou, melhor ainda, na própria constituição, a fim de que todo o sistema estatal seja obrigado a operar de acordo com essa racionalidade. De fato, o sentido da consagração em lei de um banco central autônomo cujo principal objetivo é assegurar a estabilidade de preços, conduzindo a política monetária necessária para o cumprimento das metas estabelecidas, atende à necessidade de institucionalizar as políticas, de forma a moldar as mentes e os comportamentos. Dessa forma, quando uma política austera é ativada – como no caso da mais recente elevação de juros no Brasil –, ela é amplamente avaliada não como sendo o que é – vale dizer, uma decisão de política pública equivocada –, mas como desdobramento natural de um conhecimento tácito que gera um comportamento padrão, esperado, a ser seguido pelos *policy makers* e celebrado por todos aqueles que têm bom senso.

* É doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp.

** É professora associada II (livre-docente) do Instituto de Economia da Unicamp.

1 De acordo com o site Money You (<https://moneysite.com.br/ranking-mundial-de-juros-reais-setembro-de-2024>), essa elevação fez o Brasil subir no ranking mundial de juros reais, onde ocupa agora a 2ª colocação, atrás apenas da Rússia.

2 <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20325/nota>
3 Trata-se da tese de doutorado de Newton Gracia da Silva, intitulada *A Instituição da Austeridade: Teoria e Política Econômica*, orientada por Simone Deos, e defendida no Instituto de Economia da Unicamp em 2023. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/18330>>.

4 DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p

[5] PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Ed.). *Nine lives of neoliberalism*. Verso Books, 2020.

Como mentirosos profissionais a serviço do mercado financeiro sabotam o desenvolvimento do Brasil através do terraplanismo macroeconômico?

Daniel Negreiros Conceição*

■ Eventos extraordinários como o colapso financeiro de 2008 e a pandemia da Covid-19 deveriam ser fontes irresistíveis de aprendizado sobre o funcionamento das nossas economias. Como a circum-navegação de Fernão de Magalhães decretou (ou deveria ter decretado) o fim do terraplanismo entre debatedores minimamente competentes/honestos, ou como as fotos do eclipse de 1919 forçaram o mundo científico a trocar o modelo gravitacional newtoniano pela relatividade geral de Einstein, as crises do *subprime* e do novo coronavírus deveriam ter derrubado todas as teses fundamentais da doutrina liberal no debate econômico.

Ou seja, ao contrário do que defendem mentirosamente os economistas com espaço na grande mídia, normalmente a serviço das grandes instituições financeiras, (1) economias capitalistas NÃO são equipadas com mecanismos autorreguladores suficientemente potentes para que se mantenham saudáveis sem a necessidade de intervenções estatais, e (2) governos centrais NÃO precisam cuidar do equilíbrio orçamentário para que suas economias cresçam e para que não haja descontrole inflacionário. Na verdade, dificilmente a busca pelo equilíbrio orçamentário pelo Estado é compatível com uma gestão macroeconômica maximizadora do bem-estar geral.

A facilidade com que o Fed estadunidense reagiu ao colapso financeiro de 2008 para conter a crise de insolvência de bancos e seguradoras “grandes demais para quebrarem” e frear o que poderia ter se transformado na pior espiral depressiva da história

das economias capitalistas é a prova definitiva da capacidade verdadeiramente ilimitada que os Estados monetariamente soberanos têm para fazerem pagamentos em suas moedas domésticas. Além do resgate de 700 bilhões de dólares pelo Tesouro estadunidense, um resgate muitíssimo maior, de inconcebíveis 29 trilhões de dólares, foi dado aos bancos e instituições financeiras pelo Fed, que não apenas passou a comprar títulos públicos de todos os tipos, inundando o sistema financeiro com liquidez e rebaixando a curva de juros de uma ponta a outra, como comprou também dívidas privadas, inclusive as dívidas imobiliárias apodrecidas pelo colapso do mercado imobiliário. Com isso, o Fed permitiu que as grandes instituições financeiras restaurassem suas solvências, despejando em sua própria carteira estatal um verdadeiro esgoto de ativos podres por preços amigavelmente inflacionados.

Moedas como o dólar e o real são dívidas estatais puramente nominais, diferentes das demais dívidas públicas ou privadas denominadas numa dada moeda de conta apenas por suas maturidades. Isso faz com que sejam perfeitamente líquidas e imediatamente utilizáveis em pagamentos denominados na moeda de conta. Como são registrados contabilmente como passivos da autoridade monetária, os impactos de intervenções monetárias que adicionam dívidas públicas a carteiras privadas acabam escondidos das métricas que representam dívidas governamentais, uma vez que estas costumam focar nos balanços patrimoniais de autoridades fiscais, como no caso da Dívida Bruta do Governo Geral, usada no Brasil, e da *National Debt*, usada nos EUA.



A “invisibilidade fiscal” dos pagamentos extraordinários realizados pelas autoridades monetárias a partir de 2008 permitiu que uma nova roupagem fosse dada ao intelectualmente desonesto argumento anti-intervencionista. Se antes os liberais defendiam que a inflação era a consequência inevitável de qualquer aumento da base monetária, apoiados na Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), acabaram forçados a reconhecer que a expansão da base monetária, quando decorrente de pagamentos feitos pela autoridade monetária, teria impacto muito menos mecânico sobre a inflação, afetando diretamente apenas a taxa de juros, com impactos variados sobre o nível de preços tanto pela influência dos juros sobre a demanda agregada como sobre as expectativas dos agentes. Ou seja, como antecipado por Keynes, os canais que ligariam os pagamentos pelas autoridades monetárias aos preços de bens e serviços seriam muito menos diretos e imprevisíveis que os canais ligando pagamentos por autoridades monetárias a preços financeiros.

Tornara-se evidente o fracasso da TQM, rejeitada pela inexistência de uma consequência inflacionária comparavelmente espetacular aos inacreditáveis 29 trilhões de dólares introduzidos na economia pelas operações do Fed a partir de 2008. Ao mesmo tempo em que a ortodoxia econômica liberal se tornava mais tolerante com o expansionismo mo-

netário, desde que objetivando a sustentação de preços financeiros, deixando de culpá-lo por todo e qualquer episódio inflacionário, ganhava força uma razão diferente para demonizar o expansionismo fiscal – justamente os pagamentos que afetam diretamente as vidas dos trabalhadores. Economistas liberais passaram a defender que a capacidade da autoridade monetária de conduzir os juros ao seu nível neutro/ideal (como se algo do tipo existisse) poderia ser impossibilitada pelo endividamento público excessivo. Neste caso, conhecido como dominância fiscal, os efeitos de mudanças no juro básico se tornariam imprevisíveis. Especialmente preocupante para economias com governos superendividados seria o risco de descontrole inflacionário. Supostamente, como o impacto do aumento de juros sobre a dívida pública elevaria a desconfiança dos agentes sobre a solvência do governo, ou sobre a estabilidade dos preços, aplicações na moeda doméstica se tornariam menos atraentes com o aumento do juro, exacerbando, ao invés de aliviando, a fuga para aplicações em outras moedas ou para ativos reais e suas consequências inflacionárias. Desta forma, para que o ativismo monetário preservasse sua eficácia como ferramenta de controle do nível de preços, seria necessário que as autoridades fiscais estivessem comprometidas com a estabilidade/sustentabilidade de suas dívidas.

A recomendação ortodoxa em defesa do ativismo monetário e do conservadorismo fiscal, aparentemente fortalecida pela crise de 2008, acabou mortalmente enfraquecida pela crise pandêmica de 2020, quando a gravidade do choque depressivo deflagrado pela pandemia da Covid-19 fez com que até mesmo defensores ferrenhos da austeridade reconhecessem que somente o ativismo monetário não seria suficiente para salvar o mundo da crise sanitária e suas consequências. A não ser que os bancos centrais comprassem também vacinas, hospitais de campanha e serviços sanitários, e que transferissem renda às pessoas ameaçadas de fome e empresas ameaçadas de falência com a mesma generosidade com que compraram ativos podres dos bancos “grandes demais para quebrar” em 2008, a saída para a crise pandêmica exigiria ações extraordiná-



rias também das autoridades fiscais. No Brasil, foi o gasto público irrestrito durante o período pandêmico, viável graças à suspensão das restrições legais aos gastos deficitários (como a LRF e o Teto de Gastos), que evitou que a pandemia levasse a economia brasileira a uma profunda depressão. Políticas como o auxílio emergencial, expansão do seguro-desemprego e ajudas aos governos subnacionais compensaram grande parte da contração na demanda privada provocada pela pandemia, sustentando assim a atividade produtiva, e evitaram que um colapso muito maior da demanda efetiva arrastasse a economia para uma grande depressão.

Mais do que em 2008, a lição da crise pandêmica para o mundo foi clara: governos monetariamente soberanos podem e devem incrementar seus pagamentos em moeda doméstica irrestritamente, em nome do atingimento de seus objetivos macroeconômicos coletivamente desejáveis. Em economias monetárias, o aproveitamento pleno de oportunidades produtivas exige que não haja escassez monetária/nominal. Situações em que não há dinheiro suficiente em circulação para que seja plenamente absorvido o produto potencial da economia pelo seu custo de substituição podem ser facilmente superadas através da emissão de moeda pelo Estado. Atividades criadoras de riquezas pura-

mente nominais (como jogos de soma zero praticados no mercado financeiro) são inúteis quando não são acompanhadas da produção de bens e serviços. Uma sociedade rica apenas nominalmente morreria de fome.

Em 2020, ao contrário da expansão monetária em resposta à crise do *subprime*, as intervenções para combater a crise econômica foram acompanhadas muito mais fortemente pelo aumento de dívidas governamentais “visíveis”. Precisou, assim, ser revista a tese de que o expansionismo fiscal deveria ser evitado em detrimento do ativismo monetário, em razão do seu impacto sobre o endividamento governamental, supostamente deletério para o crescimento e para a estabilidade dos preços.

A verdade é que, independentemente de serem classificados como intervenções fiscais ou monetárias, e independentemente de “aparecerem” nos indicadores de endividamento governamental, pagamentos estatais SEMPRE adicionam moeda estatal (cujo valor é nominal) a carteiras privadas, afetando o preço e/ou também a quantidade ofertada daquilo que se pode comprar com dinheiro. Nas intervenções monetárias, os pagamentos estatais adicionam moeda às carteiras de instituições financeiras e afetam os preços de títulos públicos negociados secundariamente. Mas vimos que

também podem afetar os preços e quantidades ofertadas de dívidas privadas, como nas operações de resgate aos bancos afetados pela crise do *subprime*. Já o impacto dos pagamentos feitos pela autoridade fiscal sobre os preços e/ou quantidade ofertada de bens e serviços tende a ser muito mais direto porque compras públicas representam demanda por bens e serviços, multiplicam o consumo e aceleram o investimento privado.

É pouco provável que os economistas que viram de perto a facilidade com que o governo brasileiro combateu a crise pandêmica, sem qualquer dificuldade para financiar seus pagamentos, sigam insistindo na austeridade fiscal como precondição para o crescimento econômico e/ou para a estabilidade de preços por convicção intelectual honesta. De duas, uma: são muito burros ou muito desonestos. A tese da contração fiscal expansionista não faz qualquer sentido. Por que os capitalistas pagariam pela expansão de suas capacidades produtivas num contexto em que as suas vendas estivessem caindo em razão da redução das compras estatais, pelo impacto negativo da contração de renda sobre o consumo e pelo impacto negativo que a queda nas vendas teria sobre o investimento privado? A expansão dos gastos do governo brasileiro em 2020 mostrou que basta haver autorização legal para que o governo consiga fazer todos os seus pagamentos denominados em reais. Isso é inegável. Portanto, cabe ao governo criar a demanda necessária para que o produto da economia seja levado ao seu nível potencial. Além disso, a redução agressiva dos juros básicos em 2020, ao mesmo tempo em que o governo brasileiro praticou os maiores déficits primários de sua história, provou que a capacidade da autoridade monetária de escolher o juro básico independe de indicadores fiscais. Finalmente, como o governo pode realizar seus pagamentos irrestritamente, deixa de fazer sentido que os credores do governo tenham motivos para desconfiarem da solvência do governo quando a dívida pública cresce.

Também não faz sentido algum imaginar que um governo responsabilmente descomprometido com o equilíbrio fiscal necessariamente praticaria gastos inflacionariamente excessivos. Os gastos do governo no perío-

do pandêmico foram incrementados irrestritamente graças à inexistência temporária de restrições legais. Mesmo assim, não foram inflacionariamente exagerados. E mesmo que tivessem sido exagerados, empurrando a economia brasileira para além do seu limite produtivo, isso não mudaria a lição mais importante da crise pandêmica. Governos criadores de moeda como o brasileiro têm capacidade irrestrita para realizarem seus pagamentos na moeda doméstica, mesmo que esses pagamentos ultrapassem o limite inflacionário da economia. Portanto, não precisam se preocupar com o financiamento de suas despesas, como se fossem empresas ou “donas/os de casa”, porque suas despesas são financiadas pela emissão e entrega de suas dívidas perfeitamente líquidas: a própria moeda.

É justamente porque o governo brasileiro PODE gastar sem limites financeiros que é necessário haver limites funcionais ao tamanho dos seus gastos nominais. A expansão de riquezas nominais, através da entrega de moeda, só faz sentido para a humanidade quando acompanhada da criação de riquezas reais. Pagamentos estatais devem reduzir a escassez de bens e serviços através do estímulo monetário à produção, ou pelo menos devem redistribuir funcionalmente o acesso a recursos materiais. Não há qualquer necessidade que se imponham limites atrelados à preservação da dívida pública em algum nível supostamente sustentável, como no Arcabouço Fiscal inventado por Fernando Haddad. O critério para estabelecer o tamanho ideal dos gastos públicos deve estar baseado no planejamento competente, apoiado na identificação precisa dos limites e oportunidades produtivas da economia, de modo que o gasto não seja inflacionariamente grande demais, mas, principalmente, que não seja desnecessariamente pequeno, desperdiçando oportunidades de expandir a oferta de bens e serviços necessários e materialmente viáveis, e mantendo a economia ineficientemente desaquecida.

Especialmente revoltante tem sido a desfaçatez com que os economistas do governo têm oferecido desculpas quando questionados sobre as razões para seu conservadorismo fiscal. Dizem que não importa que seja MENTIRA que o governo central não corra risco de insolvência porque seus pagamen-

tos são feitos através da entrega de uma moeda que eles mesmos podem criar. Importa mais que os agentes econômicos acreditam na possibilidade de calote estatal. Caso fossem responsáveis pelo Ministério da Saúde, estes economistas provavelmente teriam defendido que se adotasse algum tratamento baseado em credences populares para combater a crise pandêmica do coronavírus, ao invés de tratamentos cientificamente comprovados. Porém, mesmo que seja verdade que nossos agentes econômicos são incapazes de compreender que não há risco de insolvência estatal quando o Estado realiza pagamentos criando moeda, o Estado tem plena capacidade de evitar que a gestão macroeconômica funcional acabe inviabilizada pelo terraplanismo econômico que domina o senso comum. Por mais que temam o calote do governo, os agentes econômicos não conseguem pressionar a taxa de juros referencial, uma vez que esta pode ser administrada com eficácia absoluta pela autoridade monetária. Eventualmente, todas as apostas de que o juro referencial fosse subir acabariam frustradas, ensinando os agentes privados a não duvidarem da solvência do Estado brasileiro. Também não conseguiriam produzir uma crise cambial, pois qualquer que fosse a desvalorização cambial esperada pelos agentes, um banco central comprometido com a estabilidade cambial seria sempre capaz de satisfazer a demanda especulativa por moedas estrangeiras através da oferta infinitamente elástica de títulos denominados na moeda doméstica, remunerados pela desvalorização cambial mais o juro básico oferecido em aplicações em dólar. Para tanto, bastaria que o responsável pela gestão monetária estivesse comprometido com a estabilidade cambial, ao invés de estar interessado na sabotagem da gestão macroeconômica funcional.

* É professor de Macroeconomia e Economia do Setor Público no Ippur da UFRI.





Maria Malta



Ian Horta

Dogmatismo econômico: não haveria alternativa?

Maria Malta*
Ian Horta**

■ A maior falácia dos últimos tempos é o tal do “novo consenso macroeconômico” – que de novo nada tem (ver JE nov/2023). Não existe qualquer consenso na história do pensamento econômico sobre os mecanismos de ajuste da economia quanto às principais variáveis macroeconômicas. Desde que Keynes delimitou tal área na Ciência Econômica com sua *Teoria Geral*, em 1936, a controvérsia é a principal tônica. No prefácio àquele livro, Keynes aponta que a teoria que o antecederia tinha problemas tão grandes e divergências tão profundas “que quase chegaram a destruir a influência prática da teoria econômica e que continuarão, até serem resolvidas, a ter este efeito” (Keynes, 1936 [1986], p. 3). Seu livro e sua teoria monetária, que destacavam a capacidade de políticas públicas influenciarem decisivamente a determinação do nível de produto, agradaram tão pouco seus colegas que, no ano seguinte, John Hicks já publicava o seu *Sr. Keynes e os clássicos: uma sugestão de interpretação*, reincorporando a leitura de Keynes no arcabouço teórico do equilíbrio geral, restringindo o papel da política monetária à capacidade de ajustes temporários não estruturais. Mas qual o motivo para contarmos esta história para o economista do século 21?

Novamente vivemos um período de crise da capacidade do liberalismo (na sua versão neoliberal) de apresentar soluções para os problemas econômicos. Diante desta situação, reafirma-se, como na época de Keynes, a necessidade de fazer as mesmas políticas, só que “de forma ainda mais dura”. Essa recomendação se derivaria de um diagnóstico de que a atual crise seria um resultado da desobediência aos princípios liberais, ou ainda, como aponta Mark Fisher (2009), de um sentido de “realismo capitalista” ao qual não há alternativa. Este vaticínio é tão severo sob a ideologia neoliberal que Jameson e Žižek chegaram a caracterizá-lo com a frase

“parece mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”. Mas vejamos como estas posições se tornaram hegemônicas e populares ao longo das últimas quase 4 décadas, após termos vivido 30 anos de políticas econômicas de orientação keynesiana, em um contexto com presença histórica real da alternativa socialista.

Após o fim do sistema de Bretton-Woods, outro consenso passou a ser professado como incontornável: o Consenso de Washington. Naquele contexto, em que o governo estadunidense começava a rever sua política do dólar forte – que colocara o sistema monetário internacional refém de sua moeda e política monetária por meio da elevação de sua taxa interna de juros –, foram determinadas as regras do novo sistema monetário e financeiro internacional. Para fazer parte do sistema mundial de crédito e financiamento da produção e do comércio internacional, todos os países tinham que retirar as regras bretton-woodianas de suas contas externas, eliminando quaisquer restrições à livre circulação internacional de capitais. Ao mesmo tempo, caía o muro de Berlim, tinha fim a URSS e os países nos quais existia o “socialismo real” reduziram enormemente sua influência política no mundo.

As novas regras do padrão monetário internacional, nominado posteriormente “dólar-flexível” (Serrano, 2002), praticamente tornaram o sistema monetário internacional um desdobramento da economia estadunidense, na medida em que todas as transações se denominavam em dólar, moeda que não mais tinha paridade com nenhuma outra referência de valor.

Foi neste contexto que a “criatividade” mundial para alternativas de política econômica, projetos de desenvolvimento e forma de organização societária, de repente, esgotou-se. “Não havia mais alternativas”, mas isso não por incapacidade dos seres humanos de proporem outras formas de fazer política e de produzir materialmente a vida. Uma visão

de mundo havia vencido a disputa ideológica e bélica mundial e não pretendia deixar mais espaço para formulações alternativas. Assim, os “dez mandamentos” da política econômica neoliberal ficaram estabelecidos nas regras expressas no Consenso de Washington, resumidas por Williamson (1990): 1) Disciplina fiscal, evitando grandes déficits em relação ao PIB; 2) Corte de gastos públicos, redirecionando-os à provisão de serviços “típicos de Estado”: educação, saúde e infraestrutura; 3) Reforma tributária, ampliando a base tributária e adotando alíquotas marginais moderadas; 4) Taxas de juros determinadas pelo mercado; 5) Buscar taxas de câmbio de equilíbrio para atingir objetivos macroeconômicos de longo prazo; 6) Liberalização das importações; 7) Liberalização do investimento direto estrangeiro; 8) Privatização de empresas estatais; 9) Abolição das regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restringem a concorrência; 10) Segurança jurídica para direitos de propriedade privada. O próprio autor nos informa ainda que “os 10 tópicos em torno dos quais o documento está organizado tratam de instrumentos de política e não de objetivos ou resultados. São instrumentos de política econômica que, na minha opinião, ‘Washington’ considera importantes e sobre os quais existe algum consenso. Em geral, presume-se, pelo menos na Washington tecnocrática, que os objetivos econômicos padrão de crescimento, inflação baixa, balança de pagamentos viável e distribuição equitativa de renda devem determinar a disposição desses instrumentos de política” (Williamson, 1990, Cap. 2, tradução livre).

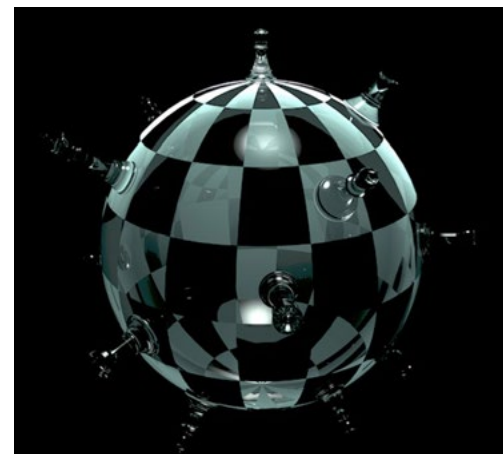
Desde então, parece que não conseguimos ver soluções para a economia fora destes parâmetros. Nem mesmo a significativa ascensão econômica da China conseguiu mover estas amarras intelectuais dos economistas, especialmente quando adentram as estruturas governamentais (é importante dizer que quando estão fora da estrutura são até bastante críticos a estas fórmulas). Quem se beneficia e propaga essa visão dogmática? Que tipo de *brain-drainer* existiria nos portais dos prédios do Estado?

Este dogmatismo não é exclusivo da política e do pensamento brasileiro, mas é um resultado do movimento da geopolítica e do

sistema monetário internacional. Na verdade, é possível perceber que, se o capitalismo pretende se manter enquanto forma dominante de organização social, ele deve negar, ao mesmo tempo, as outras possibilidades de projetos societários. Os consensos que nos dominam têm a mesma origem que a ordem “natural” do mercado de Smith e do contrato social de Locke: a força de uma classe e dentro dela de uma fração especialmente beneficiada. Como já nos alertava Leda Paulani em *Brasil Delivery*, de 2008, nossas políticas econômicas desde 1994 foram voltadas para estabelecer o país como uma plataforma de valorização financeira internacional. Nenhum governo desde então saiu, de forma significativa, destes trilhos. Foi esta a opção de dependência que tomamos e a conjuntura hoje nos dá ainda menos graus de liberdade para nos movermos dentro desta gaiola que construímos para nós mesmos.

No entanto, a crítica ao dogmatismo liberal não pode ser, simultaneamente, uma defesa da perspectiva keynesiana. Ortodoxos e heterodoxos – atualmente – possuem uma característica em comum: a fé no instrumentalismo. Por um lado, conforme apontam Duayer, Medeiros & Paineira (2001), a tradição neoclássica se caracteriza pela recusa do conhecimento objetivo da verdade e pela estimativa da capacidade de previsibilidade como critério principal para afirmação ou negação de uma teoria – mesmo que os neoclássicos demonstrem falhar constantemente em suas previsões. Por outro lado, a heterodoxia, ao tentar combater a inflexibilidade liberal, padece dos mesmos problemas: a criação de modelos que refletem apenas parcialmente a realidade, de forma a guiar políticas públicas com base em previsões de variáveis macroeconômicas; a recusa do conhecimento totalizante e a consequente aceitação da compartimentalização da realidade; e, por fim, a recusa de pensar em formas de organização social diferentes da vigente.

A falta de liberdade e de democracia para a formulação e ação políticas resultantes destes falsos consensos apenas atestam o quanto o sistema do capital em si se mostrou historicamente divergente de valores humanistas. Tentativas voluntaristas de adequar o sistema capitalista à filantropia



através de pessoas privadas ou do Estado, por mais louváveis que possam ser enquanto demonstrações de empatia e solidariedade, pressupõem a existência da pobreza, da miséria, da ausência de liberdade e das opressões. Aplacar tais resultados é apenas tentar conter as expressões do desenvolvimento desta forma de sociabilidade. Talvez a alternativa esteja em transformar as bases sociais desse sistema que tolhe a liberdade e impede a igualdade.

Referências:

- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos* (São Paulo). São Paulo, v. 31, n. 4, p. 723–783, dez. 2021.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1986 [1936].
- PAULANI, L. *Brasil Delivery*. Coleção Estado de sítio, São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*. Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 237–253, 2002.
- WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. (org.). *Latin America adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Politics, 1990.

* É professora associada do IE/UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema) e do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia (HCTE).

** É bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ, mestrando em Economia pelo PPGE-UFF e pesquisador do Lema/UFRJ e do Niep-Marx/UFF.



Andrés Ferrari Haines



Alessandro Donadio Miebach

Neoliberalismo - A política econômica para 51.700 pessoas

Andrés Ferrari Haines
Alessandro Donadio Miebach*

■ Os 51.700 adultos que constituem 0,001% dos mais ricos do mundo, segundo o *World Inequality Report*, aumentaram a sua participação na riqueza mundial desde 1995, passando de 3,3% para 6,4%. Já a metade mais pobre da população mundial elevou sua participação de 1,6% para 2% do total. A Oxfam informou recentemente que o 1% mais rico da população mundial tem mais riqueza do que os 95% mais pobres.

A Oxfam também registou que 31% da riqueza mundial pertence ao Sul Global, que possui 79% da população – apesar de a Ásia e a África terem conseguido tirar milhões de pessoas da pobreza nas últimas décadas. Assim, a mudança mais marcante é observada nos países ocidentais avançados, particularmente nos Estados Unidos.

O que é surpreendente é que estas transformações foram sancionadas repetidamente pelo voto democrático nesses países no último meio século – à medida que a riqueza se concentrava e a pobreza geral aumentava. Apesar da maior igualdade distributiva durante o capitalismo moderno ter sido registrada na década de 60, as ideias por detrás da concentração da riqueza tiveram apoio social majoritário.

Essas ideias, grosso modo, são conhecidas como neoliberalismo. Começaram a ser aplicadas na década de 70 e foram apresentadas como a necessidade de deixar o mercado voltar a funcionar livremente, após o período de intervenção do Estado de bem-estar social entre 1950-1970. Embora esse período tenha ficado conhecido como “dourado” por registrar o melhor padrão de vida da história do capitalismo, as políticas aplicadas seguem sendo condenadas.

Durante o quase meio século em que as políticas neoliberais foram cada vez mais implementadas, os seus efeitos e resultados estiveram longe – muito longe – do que foi prometido. No entanto, as ideias neoliberais continuam a reinar.

O neoliberalismo *prima facie* apresenta-

-se como a defesa do mercado livre. Sob esse aspecto parece uma proposta de retorno à defesa do mercado livre tradicional da mão invisível de Adam Smith. Assim, os problemas econômicos resultariam da manipulação por interesses particulares em seu próprio benefício através da intervenção no mercado – particularmente através do Estado.

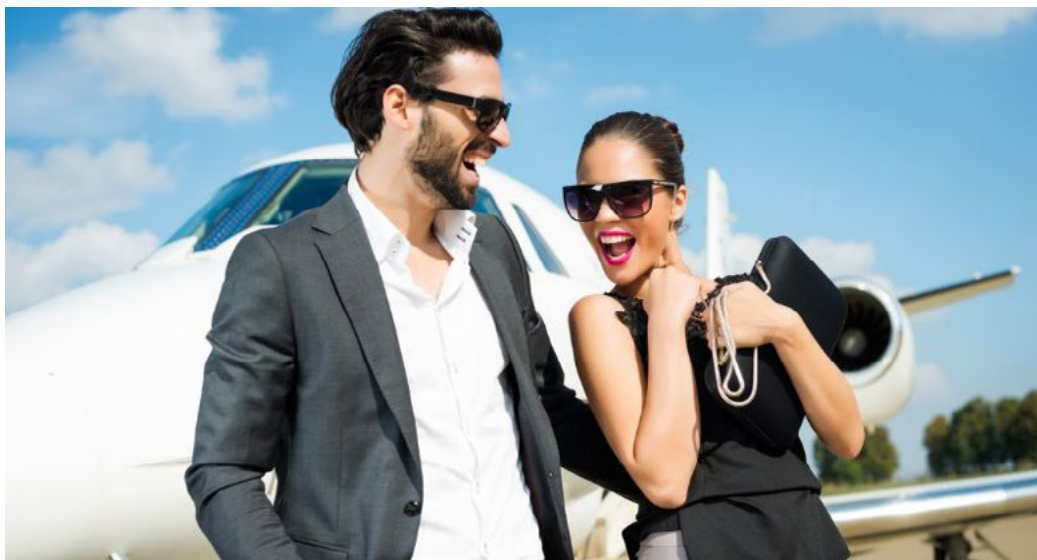
Portanto, o funcionamento do mercado livre é apresentado como parte do mundo natural. O economista John Weeks satiriza essa visão parafraseando Rousseau como “Os mercados nascem perfeitos, mas estão em todo o lado sob as cadeias de regulação governamental”. Com efeito, a fantasia inicial é a ideia da possibilidade do “mercado livre” que leva a uma posterior, em que o Estado pode ou não “intervir” no mercado.

Na realidade, para que exista mercado é necessária a existência do Estado, pois sem ele o mercado não poderia funcionar. Consequentemente, o Estado não é algo externo ao mercado, mas sim inerente a ele. Entre outras atividades, ele é responsável de toda a estrutura necessária para a defesa da propriedade privada – que os defensores do mercado livre colocam com uma das funções estatais mais sagradas.

No entanto, os defensores do mercado livre continuam os seus argumentos, sustentando que a “intervenção” estatal prejudica o crescimento econômico ao tirar recursos produtivos do setor privado, que é aquele que os utiliza de forma produtiva. Para conseguir isso, prejudica também o desempenho da economia ao aumentar os impostos que devem ser cobrados para a realização dessas atividades. Assim, a economia sofre, especialmente devido à queda do investimento. Surge um déficit fiscal que deve ser coberto com mais impostos, emissões ou dívida pública. A consequência é uma queda da atividade e um aumento da inflação, nessa visão preservando um quadro de mau funcionamento econômico.

Cúmplices neste processo são os trabalhadores em geral – e os sindicatos em particular – que procuram obter salários acima da sua produtividade. Ou seja, mais do que lhes cor-





responderia pela real contribuição que tiveram na produção econômica. Da mesma forma, anos de Estado paternalista durante a Era Dourada produziram cidadãos preguiçosos que queriam viver gratuitamente do setor público. Para os defensores do livre mercado, os trabalhadores dão um tiro no pé com estas exigências, porque só conseguem um aumento do desemprego e uma queda nos salários reais, devido à inflação mais elevada – que eles descrevem como o pior imposto, porque prejudica particularmente os setores de rendimentos mais baixos.

Ao todo, os defensores do livre mercado defendem impor à sociedade uma “austeridade saudável” para corrigir os excessos do passado. Postulam a “retirada” do Estado na economia, tanto sob uma perspectiva fiscal, que visa a reduzir os gastos e aumentar os impostos, quanto sob uma perspectiva monetária, que busca reduzir emissões e aumentar os juros para conter a inflação e restaurar a rentabilidade do investimento – o que recuperaria uma trajetória de crescimento econômico.

Como observado, o crescimento econômico desde o advento do neoliberalismo tem sido pior do que o registado na idade dourada – combinado com desemprego persistente, elevada concentração de riqueza e alto desemprego. Nos países mais avançados, os cidadãos têm dificuldades diárias em fazer face às suas despesas básicas. Os seus baixos padrões de vida contrastam com os ricos nos Estados Unidos através de uma esperança de vida que é uma década e meia mais curta.

Mais fundamentalmente, como não po-

deria ser diferente, sob o neoliberalismo não houve “retirada” do Estado da economia. Mas isto não se explica apenas pela impossibilidade de se abdicar do papel estatal na economia, mas basicamente porque essa nunca foi a intenção do neoliberalismo.

Ao contrário do que geralmente se pensa, os neoliberais não são “fundamentalistas de mercado”. Longe de postular que o mercado se autorregula, os neoliberais sustentam que as consequências de tentarem autorregular-se são crises profundas que fazem a população sentir-se atraída por propostas “socialistas” – para eles, qualquer interferência pública na livre circulação de capitais. Isto é: para o neoliberalismo, a liberdade de mercado a promover é a do capital – e para esse fim, o Estado deve intervir e regular a economia.

Embora se afirme que desde o fim da idade de ouro o Estado “se retirou” da economia, na realidade ele começou a intervir num grau muito maior – nem a despesa pública diminuiu. Sim, claro, ambas as coisas mudaram.

Por exemplo, as despesas sociais diminuíram, mas as de controle social (polícia, prisões, sistema judiciário etc.) aumentaram; os impostos caíram para os mais ricos e aumentaram para os mais pobres; desregulamentou-se a economia para as empresas sujeitas ao mercado e promoveram-se posições de poder de mercado para as maiores; atomizou-se o mercado de trabalho através das restrições aos sindicatos e criaram-se espaços hegemônicos empresariais; venderam-se empresas estatais para conceder (semi) mono-

pólios de serviços públicos ao setor privado.

Nesse processo, os conceitos de mercado livre e concorrência perfeita foram sendo fundidos. O conceito abstrato de concorrência perfeita, no qual nenhum agente econômico de qualquer tipo tem vantagem sobre outros, operou como um simulacro da ideia de equidade, ao supor que toda a sociedade estaria sujeita de forma igual aos princípios do livre mercado.

É esse quadro que serve de pano de fundo para a apologia da visão do mercado livre. Embora o mercado perfeito seja um conceito tão fantasioso quanto o de mercado livre, na postulação conceitual os dois, combinados, gerariam os resultados benéficos da mão invisível. Mas sem concorrência perfeita, o mercado livre aumenta os privilégios dos intervenientes ricos com grande poder de mercado.

Desta forma, o que se observa durante esta era neoliberal é que a grande concentração de riqueza é resultado do monopólio da utilização do Estado para intervir em favor da própria concentração de riqueza, criando situações de mercado privilegiadas e transferindo rendimentos através do mercado financeiro e do endividamento público. A isto somam-se as repetidas vezes em que o Estado interveio para salvar as grandes empresas em tempos de crise – particularmente crises financeiras, produto de práticas especulativas.

Precisamente, os “heróis” neoliberais são fundamentalmente aqueles que acumularam mais riqueza nas últimas décadas através de meios especulativos e que continuaram a ser os que, segundo eles, impulsionariam o crescimento real – base do bem-estar geral.

Enquanto os trabalhadores são desvalorizados como preguiçosos, improdutivos e tentando ganhar mais que a riqueza que geram, os especuladores são posicionados como salvadores da economia. Cada um deles teria gerado mais riqueza real que milhões de trabalhadores.

É isto que justifica que todas as políticas visem a preservar e aumentar a sua rentabilidade e liberdade de circulação em todas as direções. O neoliberalismo, através de seus construtos teóricos e abstrações, melhorou a percepção social dos super-ricos, permitindo que esses se entregassem a um voraz processo de acumulação de riquezas.

* São professores da FCE/Ufrgs.



A mesma ladainha de sempre

Fernando Cerqueira Lima*

■ Até mesmo os manuais de Economia discutem certos temas apresentando argumentos “por um lado e por outro” ou “os dois lados da moeda”. Mas nos debates sobre as decisões do Copom quanto à meta da taxa de Selic, quem defende os interesses do mercado só tem um lado, apresentado como sendo o da “ciência econômica”. Em defesa do aumento dos juros, alega-se ser essa a solução “científica” que previne a elevação da taxa de inflação acima da meta, porque é a forma de desincentivar o endividamento dos consumidores que, com “menos dinheiro nas mãos”, reduzirão a “pressão sobre os preços”. Além disso, as empresas iriam tomar menos dinheiro emprestado para investir, o que faz com que caia ou pare de crescer o nível de emprego, reduzindo assim a “pressão salarial”. Parece lógico: uma economia menos “pressionada” geraria menos inflação.

Caso o Copom decida reduzir a taxa Selic, a mesma “ciência econômica” poderia ser usada para explicar que, com mais dinheiro no bolso, os consumidores poderão adquirir mais produtos e serviços, que o nível de emprego aumentaria porque as empresas teriam mais incentivo para tomar dinheiro emprestado para investir. Se a economia trabalha com alguma capacidade ociosa, não haveria aumento dos preços.

Só que não. Afinal, é ainda essa mesma ciência econômica que adverte para o risco de superaquecimento da demanda, o risco de superendividamento da população, o risco de elevação da cotação do dólar, e assim por diante. Dependendo do partido político que estiver no poder, o Banco Central poderá então ser acusado de estar agindo de forma “populista”, portanto não “técnica”, ou “científica”, pois estaria consciente de que juros “artificialmente” baixos resultam apenas num “voo de galinha” e que “mais tarde” sua decisão resultará em mais inflação – a qual, como se sabe, atinge principalmen-

te as classes “menos favorecidas”. Portanto, a população em geral só teria a ganhar com a subida dos juros.

Quem acompanha o noticiário nacional há algum tempo já deve ter percebido que essas “narrativas” favoráveis à elevação dos juros e contrárias à sua redução têm sido veiculados repetidamente pela chamada “opinião pública” antes ou após cada reunião do Copom. Essas narrativas não florescem apenas no Brasil: quem assiste os debates nos EUA e na Grã-Bretanha sente a mesma sensação de *déjà vu* na maneira de formular os argumentos, com a diferença de que, no Brasil, temos a eterna defesa da necessidade de manter taxas de juros muito acima do razoável. Aqui, inclusive, nem se dão ao trabalho de traduzir o economês usado por lá, que é sempre renovado no linguajar para dar a impressão de que se está dizendo algo de novo.

Acompanhar os debates sobre a política fiscal em épocas de aprovação do orçamento federal é outra tarefa igualmente tediosa. Vende-se como ciência a ideia de que o orçamento do Estado deve ser tratado da mesma forma que o orçamento familiar e, a partir daí, conta-se com a compreensão da população para a necessidade de o governo ser “austero”, de não poder gastar mais do que arrecada para não incorrer no caminho sem volta do endividamento. À indagação sobre a possibilidade de o governo aumentar a arrecadação, a resposta é singela: seria um absurdo aumentar os impostos porque “o brasileiro” é quem mais pagaria imposto no mundo. Boa parte da “opinião pública” rejeita qualquer proposta de taxar grandes fortunas porque acha que será atingida.

É difícil, mas seria importante entender como se consegue vender essas ideias, repetidamente, como algo positivo para “o consumidor”, para alguém que vive do rendimento do seu trabalho. Me parece óbvio que o controle quase absoluto da informação pelos grandes grupos de mídia precisaria ser contornado para que assuntos rele-

vantes se tornassem mais acessíveis a uma maior parcela da população. As variações sobre o tema têm sido ignoradas pela grande mídia, embora algumas sejam discutidas na imprensa especializada em assuntos econômicos – por exemplo, se a variação na taxa teria sido suficiente para atingir os objetivos desejados, se o *timing* foi correto, qual o impacto sobre “as expectativas do mercado”, se a política fiscal está de acordo ou desacordo com a política monetária etc. Pela mídia alternativa, é possível debater o impacto diferenciado das variações da taxa Selic sobre os diferentes setores da população e sobre o peso dos pagamentos dos juros e da rolagem da dívida pública no financiamento dos investimentos do governo. Também podemos encontrar espaço para explicar que taxas de juros injustificadamente elevadas dificultam o crescimento da economia e até mesmo os investimentos e gastos correntes do governo em setores que afetam cotidianamente a população, como saúde, educação e segurança pública. Infelizmente, o alcance de tais mídias é ainda limitado.

Mas, mesmo supondo um acesso da população cada vez maior a esses debates, poderíamos questionar se – e como – seria possível elaborar uma narrativa alternativa, simples o suficiente para ser atraente e passada adiante. Joan Robison já dizia que a grande vantagem de estudar Economia é a de não se deixar enganar pelos economistas. Mas talvez os cursos básicos que se baseiam exclusivamente nos manuais sejam ainda mais perigosos, porque pode empoderar quem passa a acreditar na ideia que aqueles princípios básicos constituem de fato a Economia.

Em parte, as narrativas atuais vendem bem pela relativa simplicidade de sua lógica interna e por incorporar a esperança de um futuro melhor, principalmente quando se consegue convencer a população de que a situação conjuntural é catastrófica: se aceitarmos “apertar os cintos” agora, no longo prazo não estaremos mortos. O medo é uma arma política e joga-se com os preconceitos arraigados por décadas de propaganda contra o papel do Estado, apontado como a fonte única de toda corrupção e inerentemente incompetente.

Planos de austeridade estão sendo implementados em inúmeros países ociden-



tais, desenvolvidos por razões diversas, mas qualquer uma delas encontra justificativa na chamada “ciência econômica”, e não será por avanços teóricos que isso deixará de acontecer. No caso particular da teoria monetária ensinada hoje em dia, grosso modo ela ganha corpo no final do século XVIII a partir de discussões sobre problemas enfrentados pela Grã-Bretanha e seu império e, após a Segunda Guerra, pela colaboração de economistas estadunidenses, com essa mesma motivação.

Política econômica é, como o próprio nome diz, política. A adoção de qualquer política econômica irá afetar de forma diferenciada os diferentes setores da economia. Já se disse que a história monetária de um país, incluindo-se nela as decisões de política monetária, expressa as disputas entre credores e devedores daquele país.

Também já se disse que a taxa de juros no Brasil tem sido uma das mais elevadas do mundo porque quem manda no País vive de renda. Talvez não seja por acaso que apenas algumas poucas famílias controlem a mídia em geral. Fica difícil vender o peixe de que a política de juros elevados e de austeridade fiscal tem como objetivos enfraquecer o governo no curto prazo e vender a ideia de “falência do Estado”, manten-

do assim os ganhos rentistas e ampliando o apoio político à atuação do setor privado inclusive nos setores “sociais”, entre outros objetivos de poder.

Sabemos que a política econômica – monetária, fiscal, cambial etc. – deve servir de apoio a um projeto maior, e não para “acalmar o mercado”. Para ficar só na discussão de temas recorrentes, deveríamos ser capazes de mostrar que teses como a da necessidade de “independência” do Banco Central e de austeridade fiscal são amarras autoinfligidas, no meu entender herdadas dos tempos do padrão-ouro.

Mas creio que pouco se conseguirá simplesmente esgrimindo sutilezas teóricas, por mais corretas que sejam, e por mais que se consiga comprová-las empiricamente. A mensagem de que os gastos correntes e os investimentos estatais concorrem para aumentar o acesso aos serviços tradicionalmente públicos e para a melhoria da economia só será compreendida e passada adiante na prática. Idealmente, quem tem o poder político, mesmo descontando-se as limitações óbvias desse poder no Brasil, deveria trabalhar nessa direção e usar esse poder para explicar as razões e os resultados desse trabalho.

* É professor do Instituto de Economia da UFRJ.



Aliança conservadora e a necropolítica explicam a hegemonia do dogma liberal?

Maria Lucia Falcón*

■ A hegemonia das doutrinas e políticas neoliberais na gestão do Estado, no espaço político e na opinião pública brasileira é tão normalizada que ninguém estranha que até mesmo governos de centro-esquerda adotem seus dogmas em seu discurso e em sua prática política enquanto governa. É o chamado social-liberalismo, demonstrando a submissão da esquerda e eventualmente levando ao seu fracasso político. Além das razões econômicas, como a pressão exercida pelo capital financeiro globalizado, há respostas na sociologia para explicar essa hegemonia conservadora. Importantes sociólogas brasileiras, como Fernanda Sobral e Maria Lucia Maciel, estudaram o campo da ciência e tecnologia e explicaram, a partir de Bourdieu e a Economia das Trocas Simbólicas, o comportamento dos atores – indivíduos, organizações – e instituições (normas formais e informais), analisando como se formam as hegemonias através das trocas simbólicas entre os pares de uma área científica, com títulos, prêmios, publicações, reconhecimento.

Outro caminho explicativo segue Foucault e mostra como o conhecimento técnico, a barreira da linguagem científica/técnica e outras expressões violentas do poder sobre os indivíduos acabam sendo validadas e legitimadas, não somente pelo Estado e pelos pares da ciência, mas pelo cotidiano dos servidores e gestores, prepostos que exercem o poder em seu nome. Trata-se da Microfísica do Poder, que se dispõe a vigiar e punir os divergentes e opositores, criando também um tipo de injustiça cognitiva¹ que deprecia os saberes criados nos países periféricos do sistema global. Para encontrar um caminho próprio e valorizar o desígnio iberoamericano, é preciso “olhar no espelho de Próspero”, como propôs R. Morse².

No entanto, além desses processos, creio que um outro fenômeno está ameaçando gravemente o funcionamento e mesmo a

existência dos pactos sociais ocidentais e demanda atenção. Há sobreposição de forças econômicas, sociais e políticas que buscam o desarranjo institucional, a polarização intolerante, a fragmentação do Estado, já enfraquecido pelo contínuo ataque da dissonância cognitiva da desinformação, até chegar à submissão total da opinião pública.

Muitos autores³ têm publicado sobre a multifacética crise em que transitam a civilização e as diversas sociedades, destacando-se o impacto da revolução tecnológica digital e de dados⁴, o novo regime de acumulação da economia de dados e suas grandes corporações digitais. Regime que eleva em escalas sem precedentes a concentração e centralização do capital (grau de oligopólio), colocando os Estados nacionais diante de desafios para medir a riqueza produzida e cobrar impostos⁵, ou mesmo controlar os fluxos de capital no ambiente digital. Há uma correlação entre a difusão das novas tecnologias, a pressão acumuladora de capital dos oligopólios e a difusão da necropolítica, com a conseqüente fragmentação e enfraquecimento do Estado.

Achille Mbembe⁶ criou o conceito de necropolítica a partir da biopolítica analisada por M. Foucault. Autor dessa teoria do Estado pós-colonial, ao analisar a situação dos países africanos e Palestina, Mbembe explica tratar-se de uma estrutura dissonante em relação às democracias modernas. Está baseada na segregação da população por inimigáveis; militarização da vida cotidiana; na formação de máquinas de guerra territoriais a serviço do Estado (ou contra ele) e de grandes capitais, como mineradoras, madeireiras, pecuária extensiva e os bancos, que financiam tudo isso; na fragmentação do território; controle da opinião pública mediante técnicas de dissonância cognitiva; seguidas de outras etapas até a submissão política.

Forças necropolíticas executam um ataque completo, esmagador e radical para des-



truir as estruturas sociais e de formação de valores e memória da sociedade – começam pela desqualificação da democracia, como faz a extrema direita alemã AfD, e pelo desprezo ao conhecimento científico e das universidades como fez o bolsonarismo no Brasil – difundindo informações falsas e confusas, seja sobre a terra ser plana, negar a mudança climática, não usar máscara na pandemia, a vacina com chip para controlar as pessoas, democracia e voto eletrônico, ou seja, sobre qualquer tema do momento nas redes sociais.

Trata-se de uma evolução do estamento patrimonialista e da corrupção convencional. Essas forças vêm lutando pelo poder no Brasil, antes, durante e depois do governo Bolsonaro, que levou a necropolítica ao Poder Executivo, potencializou a sua base no Legislativo e iniciou uma invasão no Judiciário. Adotou a meta de “terra arrasada” na hierarquia e no *compliance* da máquina administrativa civil e militar. A destruição ocorre tanto nas cidades quanto nos biomas do país, que enfrenta uma sucessão de desastres ambientais: seca recorde e incêndios, na Amazônia e Pantanal; ou enchentes, como no Sul. Na cidade também chegam a fumaça e a enchente: estão todos igualmente desprotegidos.

As forças paralelas do crime organizado e das milícias, empoderadas, tornam-se empresários do jogo/*bets*, do tráfico de drogas e armas, da prostituição e até do mercado imobiliário; arrecadam “impostos” e lucros em redes territoriais onde o Estado se ausenta, por incapacidade de polícia ou de política, e impõem o medo/terror, pois têm poder de vida e morte sobre negócios e sobre a vida da população envolvida.

A descrição do caso africano por Mbembe lembra muitos aspectos da vida política e produtiva do Brasil, onde parte dos parlamentares, juízes, gestores públicos e servidores civis/militares representam esses interesses de grupos militarizados de criminosos que tentam enfraquecer o Estado e, se possível, usar as instituições e recursos públicos em suas atividades predatórias⁷. Falam como se liberais fossem, de “extrema direita”, porém não passam de necropolíticos que chantageiam por cargos de controle e exploram os orçamentos públicos nos 3 níveis federados de governo.

As elites que vêm governando o Brasil há séculos, praticando a corrupção e uso patrimo-

nialista do Estado, embarcaram na necropolítica como uma “modernidade conservadora”. As forças de centro-esquerda do social-desenvolvimentismo subestimaram o fenômeno e não viram o risco que representa essa soma de crime e exploração produtiva, elevada à máxima potência pela dissonância cognitiva promovida pelas redes sociais, capazes de controlar territórios e partidos – a violência está no campo, matando a fauna e a flora, lideranças da reforma agrária e agricultura familiar; está também nas cidades, matando a segurança pública, as oportunidades dos jovens e as lideranças dos movimentos populares, como no caso Marielle.

Os meios de comunicação tradicionais também se confundiram, pensando apoiar o conservadorismo das oligarquias e do capital ao embarcar na polarização intolerante e raiosa, destruidora dos pactos sociais e das instituições, *mores* e estratégias unificadoras da nação. Da mesma forma, os cientistas sociais e economistas assentados nos cargos da administração pública foram surpreendidos com a esmagadora dominação da necropolítica sobre o orçamento federal – emendas impositivas, orçamento de execução secreta, barganhas cotidianas por interesses pessoais de parlamentares e longe de qualquer planejamento ou programa político de partidos.

O Poder Judiciário, que a princípio acreditou que o *lawfare* e o *impeachment* de 2016 contra o social-desenvolvimentismo ajudariam na trajetória liberal, acabou percebendo o que estava em jogo quando foi diretamente ameaçado pelas milícias e políticos extremistas, e passou a resistir: durante a pandemia, durante a tentativa de descrédito do processo eleitoral culminada na baderna do 8 de janeiro, e recentemente diante das atuações contra *fake news*, responsabilização da rede social X e no combate aos incêndios florestais da Amazônia e Pantanal, dentre outros temas.

Fábio Erber⁸ explicou a necessidade de estabelecer uma convenção econômica hegemônica comprometida com a transformação social inclusiva, enfocando suas estruturas e problemas que possa ou deseja enfrentar. O país precisa urgente de uma convenção capaz de promover resiliência na crise climática, criar estruturas para viver a revolução tecnológica de forma benigna e executar as reformas política, administrativa, tributária, educacional, na

saúde e na gestão ambiental/descarbonização necessárias para vencer os desafios atuais. A convenção da estabilidade e do Estado mínimo não é capaz de cumprir esse desígnio e muito menos a “terra arrasada” do seu novo sócio.

Uma convenção hegemônica benigna pode ser construída pela sociedade brasileira ainda nesse governo, mas exige ação coordenada e consciente quanto às forças e fraquezas da nossa sociedade. Dois recursos estratégicos precisam ser fortalecidos e valorizados, colocados como motores da reconstrução: o planejamento e a educação, fontes de novas estruturas, novos valores. Para tanto, há que se compreender contra o que se está lutando, conhecer como a necropolítica se infiltrou nas organizações do Estado e iluminar suas obscuras performances disfarçadas em objetivos dissonantes. Há muito poder e capital em jogo, mas o prêmio é a sobrevivência da nação brasileira em corpo, alma e território. Vale a pena lutar esse combate.

* É professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe/Propec e pesquisadora da RedeSist/IE/UFRJ e da Fiocruz.

1 Conceito de LASTRES; H.M.M. O futuro do desenvolvimento e os desafios da colonialidade do saber, injustiça cognitiva e leitões de Procusto. TD DIT, no. 01/2017. Rio: RedeSist/UFRJ, acesso em http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/Textos_Discussao_DIT/2017/TD_01_2017_HelenaLastres.pdf
2 MORSE; E. O Espelho de Próspero. SP: Cia das Letras, 1988.

3 Ver resultados da pesquisa RedeSist/UFRJ/CCF/Cetic.br/Nic.br sobre Economia de Dados, por ex. FALCÓN, M. L. Economia de Dados. Nota Técnica 1, 2024. Em <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/redesist/SITE/PROJETOS/22/NT1%20Econdados%20MLFalcon.pdf>.

4 Ver trabalhos antológicos de Chris Freeman e Carlota Perez

5 Ver nova contabilidade social (cálculo do PIB) pela ONU/SNA 2025 e da União Europeia ESA 2024, ou as diretrizes para cobrança do imposto sobre as corporações multinacionais da OCDE.

6 MBEMBE, A. Necropolítica. Tênerife: Ed Melusina, 2011
7 Muitas matérias na imprensa tratam de exemplos em todo o país, como em SP: acesso em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/24/ha-infiltracao-do-crime-organizado-na-saude-para-lavar-dinheiro-e-produzir-drogas-diz-tarcisio.htm> ou <https://oespecialista.com.br/tarcicio-crime-organizado-maior-risco-brasil/>
8 ERBER, F. Convenções de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: um ensaio de economia política. Textos para Discussão. Cepal-Ipea. Brasília: Cepal/Ipea 13. 2010

Carla Cecilia Campos Ferreira assina o quarto artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



Superexploração, reprodução social e a dupla exploração da trabalhadora doméstica



Carla Cecilia Campos Ferreira*

■ Nos estudos sobre capitalismo dependente, as relações de sobretrabalho estabelecem conexões entre as reflexões de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. O autor de *Dialética da Dependência*¹ evidenciou o sobretrabalho praticado de modo estrutural e sistemático em nossas formações sociais, formulando a categoria superexploração do trabalho. Segundo ele, a superexploração consiste em recurso para compensar as transferências de valor que são a causa profunda da deterioração dos termos de intercâmbio que ocorrem no âmbito do mercado mundial e que foram apontadas pelos estudos liderados por Raúl Prebisch, na Cepal. A superexploração provoca também o divórcio entre a estrutura produtiva nacional – voltada para exportação ou orientada para produtos que não podem ser adquiridos pela maioria dos assalariados – e as necessidades de consumo da maior parte da população brasileira, o que consiste em um dos sintomas de subdesenvolvimento.

A autora de *Capitalismo Dependente Latino-Americano*², por sua vez, contribuiu para explicar a gênese da dependência não apenas como um legado do colonia-

lismo ou, como sugere equivocadamente outra tese: como resultado de supostas colônias de exploração e de povoamento. Diferentemente do que sustentaram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto³, a gênese da dependência ou do subdesenvolvimento deveria ser buscada no modo como se deu a vinculação de nossas formações sociais a um mercado mundial já monopolizado. Essa circunstância histórica condicionou, diz a autora, nosso processo de industrialização, que se define como industrialização dependente. Além disso, Bambirra foi, entre os intelectuais dependentistas daquela geração, quem chamou a atenção para o sobretrabalho da mulher trabalhadora, ao afirmar que ela sofre uma dupla exploração.

Submetida simultaneamente às extenuantes atividades domésticas e a um mercado que a incorpora de modo complementar e restrito, a mulher trabalhadora está sujeita, de modo geral, a condições de espoliação. Com essa formulação, a partir de seu exílio chileno, Bambirra contribuiu para inscrever a articulação entre gênero e classe nos estudos sobre dependência, no mesmo momento em que o movimento feminista canadense, estadunidense e francês debatia

o trabalho doméstico, no início dos anos 1970⁴, e em sintonia com o que Heleieth Saffioti⁵ vinha produzindo pioneiramente no Brasil desde a segunda metade dos anos 1960. As próprias condições de superexploração do conjunto dos trabalhadores no Brasil representariam para as mulheres trabalhadoras um duplo fardo. Elas, além do trabalho mal remunerado no mercado, com salários atualmente ainda 20% mais baixos do que o pago aos homens nas mesmas funções, quando têm filhos ou são casadas precisam compensar o parco orçamento doméstico e as políticas públicas insuficientes desempenhando diversas tarefas de cuidado das crianças, idosos e enfermos.

Evidentemente, a subordinação da mulher não consiste em uma particularidade do capitalismo dependente. O projeto de família nuclear moderna, composta por pai e senhor, mãe e filhos, criou historicamente um novo tipo de subordinação, baseado em uma cisão entre esfera pública e privada, que tem por fundamento construções de gênero. De uma parte, uma esfera pública e de mercado que, como diz Bamberger, reserva às mulheres trabalhadoras e, podemos acrescentar, às demais construções de gênero que se afastam da heterocisnormatividade um espaço restrito, como força auxiliar e primeira fileira a ser empurrada ao subemprego, desemprego ou desalento. De outra, uma esfera privada, doméstica, que encerra culturalmente a mulher por intermédio da construção do gênero feminino como dependente do masculino e sobre quem recai socialmente a responsabilidade “natural” por todo trabalho reprodutivo e de cuidados⁶. Um trabalho útil e necessário à reprodução social, gratuito e vital para a reprodução do capital. Por isso, na esfera doméstica, a condição de gênero se sobrepõe parcialmente sobre a condição social de classe. Porque a própria criação da esfera privada generificada necessita subordinar a mulher enquanto mulher, quer dizer, todas as mulheres, independentemente de sua posição social.

Disso resulta a desvalorização social do trabalho doméstico em geral. Além de improdutivo no que tange ao objetivo último da produção capitalista – o lucro, é imperativo que o trabalho doméstico seja invisibilizado, encerrado e “apagado” na vida privada. Só assim as atividades sociais reprodutivas e de cuidado realizadas por mulheres trabalhadoras em suas próprias casas podem ser descontadas de partida, sequer consideradas como parte do salário da classe trabalhadora. Daí a alegada incapacidade da sociedade contemporânea, segundo Bamberger, para superar a subordinação das mulheres. A sociedade constrói o gênero feminino como “sexo frágil” à exata medida desta esfera doméstica funcional à perpetuação dessas relações de espoliação e sobretrabalho.

Em seguida, no mesmo movimento, o ordenamento de classe volta a se impor e predominar no âmbito social mais geral. Pois a mulher que deseja legitimamente sucesso profissional, dadas as condições como está organizada a sociedade, necessita se desobrigar parcialmente das tarefas domésticas que o ordenamento de gênero de tipo moderno lhe impõe. E o faz repassando parte significativa destas atividades, como o cuidado com os filhos, dependentes e a casa, para uma semelhante do mesmo gênero: a empregada doméstica. Nesta situação, preserva para si uma função de comando do trabalho alheio, na condição de patroa. Assim, a subordinação da mulher trabalhadora se dá também por meio de uma diferenciação de classe social entre mulheres, o que ajuda a alimentar a percepção limitada de que, por meio da meritocracia, poderíamos solucionar a subordinação de gênero.

O que de fato ocorre é que o mérito está excluído como alternativa às trabalhadoras domésticas, por melhor que desempenhem seus trabalhos. O círculo vicioso em que estão presas pode ser evidenciado pelas gerações de mulheres de uma mesma família que se sucedem na profissão, sobretudo mulheres ne-

gras. Elas devem absorver uma jornada prolongada, intensa e extenuante, combinando o trabalho em troca de um salário no mercado ou análogo à escravidão na casa de seus patrões e patroas, com um trabalho totalmente gratuito na sua própria esfera doméstica. Quer dizer, a dupla exploração apontada por Bamberger revela, em primeiro lugar, uma profunda diferenciação de classe no interior da categoria mulher. Por outro lado, todo o trabalho doméstico que é espoliado, não pago, consiste em uma condição *sine qua non* para um rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho do conjunto das trabalhadoras. Pois as mães e esposas trabalhadoras terão que se desdobrar no conjunto de tarefas reprodutivas e de cuidado que os baixíssimos salários não podem pagar.

Porém, o desenvolvimento desigual das relações de gênero não para por aí. A dupla exploração convida a observar a figura das empregadas domésticas no capitalismo dependente. Segundo dados do Dieese (2021) compilados a partir da Pnad Contínua do IBGE, havia, em 2021, 5,7 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, dos quais apenas 42% contribuíam para a Previdência Social e 32% contavam com carteira de trabalho assinada. Em sua esmagadora maioria eram mulheres: 5,2 milhões. Entre elas, 3,4 milhões são negras ou pardas e 4,0 milhões (76%) trabalham sem carteira assinada. Esses números eram ainda maiores no período imediatamente anterior à pandemia de Covid-19, quando o total de trabalhadores domésticos atingiu 6,2 milhões de pessoas apenas em nosso país.

A generificação do trabalho doméstico é uma tendência geral em nossa sociedade. A OIT apontava que, em 2015, cerca de 88% das meninas com 10 anos de idade realizavam atividades domésticas. Esses índices chamam a atenção para uma dimensão do trabalho social, doméstico, extremamente generificado, racializado e com fortes contornos geracionais.

O Brasil compartilha elevados índices de empregadas domésticas como

percentual da população total com países do Oriente Médio e da América Latina e Caribe, sendo o maior empregador doméstico de mulheres em termos absolutos das Américas (OIT, 2013). Essa é uma das razões pelas quais um estudo mais sistemático da situação das trabalhadoras domésticas no país merece atenção, de modo a desvelar as razões pelas quais nosso país ocupa essa posição internacional. Seu custo mais elevado e sua menor participação como parte da alíquota da ocupação da força de trabalho total em países europeus e, mesmo, nos Estados Unidos da América (formação social que compartilhou a subordinação colonial e o escravismo moderno), com sua correspondente capacidade de atrair trabalhadores migrantes do Sul Global em busca de melhores condições de vida, sugerem que essa ocupação pode nos oferecer elementos para uma melhor compreensão das relações de dependência. Saffioti havia apontado, a seu tempo, que a presença de milhões de “mulheres empregadas domésticas no Brasil apresenta um profundo significado para o padrão nacional de desenvolvimento do capitalismo, podendo servir de parâmetro para a apreciação do modelo econômico que aqui tem lugar” (SAFIOTTI, 1979, p. 32).

A realidade da superexploração do trabalho nos fala, de qualquer modo, de uma situação de violação generalizada das condições básicas de reprodução social da família trabalhadora. Salários em média abaixo do valor de reprodução, que “não alcançam o fim do mês”, jornadas extenuantes e intensificadas ao ponto de causarem adoecimento físico-psíquico são a regra no Brasil, mesmo antes da chegada das novas tendências de precarização do mundo do trabalho típicas da reestruturação produtiva, como a terceirização e o trabalho mediado por plataformas. Diante desta situação, agravada pelo subfinanciamento e desmonte das políticas sociais por obra da agenda de ajuste neoliberal do Estado, é sobre a exaurida mulher trabalhadora que recai o peso de um orçamento doméstico absolutamente insufi-



ciente para suprir as necessidades mais fundamentais da família.

Diante dessa realidade, parece mais atual do que nunca a reflexão de Bambirra sobre a necessidade de industrialização da vida doméstica. Não como o período após a Segunda Guerra Mundial projetou no mundo ocidental, através da figura da mulher isolada em casa e fora da vida política, cercada de eletrodomésticos e comidas enlatadas, em uma perfeita propaganda das sopas Campbell dos anos 1950. Mas como preconizaram as socialistas, por meio do incremento de uma vida comunitária onde homens e mulheres partilham, apoiados na tecnologia aplicada à produção, as tarefas de cuidado e reprodução, com escolas infantis, lavanderias públicas, restaurantes, hospitais e centros de atendimento com serviços voltados ao bem-viver acessível a todos. Tal programa não deveria ser uma quimera. Está ao alcance de nossas mãos e é a forma mais efetiva de desconstruir os ordenamentos de gênero que fraturam a sociedade e criam as condições para a dupla exploração da mulher trabalhadora. E tanto mais porque a profunda crise reprodutiva que vivemos confronta a humanidade, alertando para os limites até mesmo socioambientais

envolvidos no modo como produzimos e reproduzimos a vida na atualidade. É comum o homem desprezar o que não pode compreender, já nos dizia Goethe. O raro de nossa época é assistir a humanidade desprezar o que já compreendeu.

* É professora da ESS/UFRJ, historiadora e coordenadora do Memorial-Arquivo Vânia Bambirra.

- 1 MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2023 [1ª ed. 1973].
- 2 BAMBIRRA, Vânia. *Capitalismo Dependente Latino-Americano*. Editora Insular. Florianópolis, 2013 [1ª ed. 1973]. Também disponível em e-book e em italiano no Portal do Memorial-Arquivo Vânia Bambirra: www.ufrgs.br/vaniabambirra. Um estudo preliminar ao livro pode ser acessado no mesmo Portal por meio do artigo BAMBIRRA, Vânia. *Integración monopolica e industrialización: sus contradicciones*. Revista *Sociedad y Desarrollo*. CESO, Santiago de Chile, 1972.
- 3 CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.
- 4 Sobre o debate no interior do movimento feminista a respeito do trabalho doméstico conferir VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão das mulheres. Rumo a uma teoria unitária*. Expressão Popular. São Paulo, 2022. [1ª ed. 1983]
- 5 SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. Expressão Popular. São Paulo, 2013 [1969].
- 6 HIRATA, Helena. *O cuidado, teorias e práticas*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2022.